



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Rio Branco/AC, 2013



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

Sumário

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	10
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	10
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	11
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	13
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE APOIO.....	14
1.5 PRINCIPAIS PARCEIROS	23
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013.....	24
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	24
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	25
2.2.1 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE - SR/DPF/AC	25
2.2.2 DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CRUZEIRO DO SUL/AC DPF/CZS/AC.....	26
2.2.3 DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM EPITACIOLÂNDIA/AC – DPF/EPA/AC	26
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	28
2.4 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO.	47
2.4.1 ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE OPERACIONAL (IPO) 2013:	47
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	59
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	59
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	59
3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO	61
3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA 1043/07 – CGU.....	62
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	64
4.1 EXECUÇÃO DE DESPESAS	64
4.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS	68
4.3 ANÁLISE CRÍTICA	69
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	71
5.1 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	71
5.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	71
5.1.1.1 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ	71
5.1.2 ESTRUTURA DE CARGOS E FUNÇÕES.....	71
5.1.3 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE	72

5.1.4 CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	73
5.1.5 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA	75
5.1.6 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	75
5.1.7 ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC	75
5.1.8 REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC	76
5.1.9 ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO	77
5.1.10 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	77
5.1.11 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA EM CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	77
5.1.11.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO.....	77
5.1.12 ANÁLISE CRÍTICA.....	78
5.2 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	79
5.3 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	81
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013	84
6.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	84
6.1.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATOS DE TERCEIROS	84
6.1.1.1 FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	84
6.1.1.1.1 LEGISLAÇÃO QUE REGULA A CONSTITUIÇÃO E A FORMA DE UTILIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS;	84
6.1.1.1.2 IMPORTÂNCIA E IMPACTO DA FROTA DE VEÍCULOS SOBRE AS ATIVIDADES DA UJ;.....	84
6.1.1.1.3 QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DA UJ, DISCRIMINADOS POR GRUPOS, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO QUE LHESS SEJA DADA PELA UJ (POR EXEMPLO, VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO, VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL ETC.), BEM COMO SUA TOTALIZAÇÃO POR GRUPO E GERAL;	84
6.1.1.1.4 MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS, POR GRUPO DE VEÍCULOS, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO CONTIDA NO ITEM SUPRACITADO;	84
6.1.1.1.5 IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS;	84

6.1.1.1.6 CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA (POR EXEMPLO, GASTOS COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, REVISÕES PERIÓDICAS, SEGUROS OBRIGATÓRIOS, PESSOAL RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DA FROTA, ENTRE OUTROS);	85
6.1.1.1.7 PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DA FROTA;	85
6.1.1.1.8 RAZÕES DE ESCOLHA DA AQUISIÇÃO EM DETRIMENTO DA LOCAÇÃO;	85
6.1.1.1.9 ESTRUTURA DE CONTROLES DE QUE A UJ DISPÕE PARA ASSEGURAR UMA PRESTAÇÃO EFICIENTE E ECONÔMICA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE.	85
6.1.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	85
6.1.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	85
6.1.2.2 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	87
6.1.2.3 DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	88
6.1.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS LOCADOS DE TERCEIROS	89
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013	90
7.1 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	90
7.1.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	90
7.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	93
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013	94
8.1 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	94
8.1.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO TCU	94
8.1.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI	95
8.1.2.1 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	95
8.1.2.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	104
8.2 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI 8730-93	105
8.3 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV	106
9. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013	108
9.1 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	108
9.1.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NBCCASP	108
9.1.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	109

10. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013	111
10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	111
10.1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	111
10.1.1.1 DELEGACIA DE CRUZEIRO DO SUL (DPF/CZS/AC).....	111
10.1.1.1.1 PRODUTIVIDADE EM INQUÉRITOS POLICIAIS	111
10.1.1.1.2 PRODUTIVIDADE EM CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS	111
10.1.1.1.3 PRODUTIVIDADE EM CONTROLE DE ARMAS	111
10.1.1.1.4 PRODUTIVIDADE EM SEGURANÇA PRIVADA	112
10.1.1.1.5 PRODUTIVIDADE EM CONTROLE MIGRATÓRIO.....	114
10.1.1.1.6 ANÁLISE CRÍTICA	115
10.1.1.2 DELEGACIA DE CONTROLE DE ARMAS E PRODUTOS QUÍMICOS (DELEAQ/DREX/SR/DPF/AC)	115
10.1.1.2.1 CONTROLE DE ARMAS.....	115
10.1.1.2.2 TRABALHOS DE CONTROLE DE ARMAS NO MUNICÍPIO DE SENA MADUREIRA/AC	116
10.1.1.2.3 AVALIAÇÃO DE CONTEXTO	116
10.1.1.3 DELEGACIA DE IMIGRAÇÃO (DELEMIG/DREX/SR/DPF/AC)	117
10.1.1.3.1 DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE CONTROLE MIGRATÓRIO	117
10.1.1.3.2 QUADRO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE CONTROLE MIGRATÓRIO.....	117
10.1.1.3.3 ATIVIDADES POLICIAIS	118
10.1.1.3.4 ANÁLISE CRÍTICA	119
10.1.1.4 DELEGACIA DE SEGURANÇA PRIVADA (DELESP/SR/DPF/AC).....	120
10.1.1.4.1 DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE SEGURANÇA PRIVADA.....	120
10.1.1.4.2 QUADRO DEMONSTRATIVO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE SEGURANÇA PRIVADA.....	120
10.1.1.5 DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL (DELINST/SR/DPF/AC).....	120
10.1.1.6 SETOR TÉCNICO CIENTÍFICO (SETEC/SR/DPF/AC)	121
10.1.1.6.1 O SETEC E O CONTEXTO DE 2013	121
10.1.1.6.2 PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA.....	121
10.1.1.6.3 OUTRAS ATIVIDADES	126
10.1.1.7 GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES (GTED/SR/DPF/AC)	130

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

CGU – Controladoria Geral da Unio
CNAE – Classificao Nacional de Atividades Econmicas
CRH – Coordenao de Recursos Humanos
DG – Direo Geral
DGP – Diretoria de Gesto de Pessoal
DLOG – Diretoria de Administrao e Logística Policial
DN – Deciso Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
FUNAPOL – Fundo para Aparelhamento e Operacionalizao das Atividades-Fim da Polícia Federal
IN – Instruo Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Oramentria Anual
MJ – Ministério da Justia
PAC – Programa de Acelerao do Crescimento
PPA – Plano Plurianual
PRONASCI – Programa Nacional de Segurana Pública com Cidadania
RG – Relatório de Gesto
SELOG – Setor de Administrao e Logística Policial
SR/DPF/AC – Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre
SETEC – Setor Técnico-Científico
SIAFI – Sistema Integrado de Administrao Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administrao de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administrao de Servios Gerais
SIGPLAN – Sistema de Informaes Gerenciais e de Planejamento
SINPRO – Sistema Nacional de Procedimentos
TCU – Tribunal de Contas da Unio
UF – Unidade Federativa
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Oramentria

INTRODUÇÃO

O presente documento irá relatar os trabalhos de maior destaque cumpridos pela Superintendência Regional do Estado do Acre durante o período de 2013 como forma de representar a forma de aplicação dos recursos a ela destinados no referido exercício. Serão demonstradas as ações e suas respectivas repercussões nas metas e objetivos traçados.

Os trabalhos do Departamento de Polícia Federal, baseados em objetivos e metas a serem cumpridas, foram elencados no PPA 2010/2022 (Planejamento Estratégico do DPF) e tem como finalidade atender ao interesse público.

As ações e trabalhos desenvolvidos por esta Unidade Jurisdicionada constituem o foco do presente relatório, o qual irá demonstrar através das regras estabelecidas pelas normas expedidas pelo TCU e legislação correlata, o desempenho institucional e orçamentário referente ao exercício 2013.

Este Relatório foi estruturado de forma a apresentar as informações referentes às unidades que compõem a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre, de acordo com os itens relacionados na Portaria TCU nº 175/2013, os quais foram reenumerados de acordo com os tópicos aplicáveis a esta UJ.

Determinadas informações requeridas pela Portaria TCU nº 175/2013 não constam deste Relatório por não serem aplicáveis a esta UJ ou ao DPF, por serem informadas apenas no Relatório de Gestão do órgão central do DPF ou por serem consideradas sigilosas. A seguir, estão relacionados os itens e quadros que não constam deste Relatório.

O item 3.3 da Portaria TCU nº 175/2013 que trata da remuneração paga a administradores, não se aplica à Polícia Federal, assim os quadros A.3.2, A.3.3 e A.3.4 não foram preenchidos.

Relativamente ao item 3.6 da Portaria TCU nº 175/2013, a qual versa sobre os Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos, esta UJ não procedeu à instauração de demonstrativos ou similares aos abordados no referido item da Portaria citada. Este relatório, portanto, não apresenta dados neste quesito.

Em que pese o item 4.2 da Portaria TCU 175/2013 solicitar o fornecimento de dados relativos ao Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos, informa-se que esta UJ não possui no período especificado saldos em tais contas.

A SR/DPF/AC não realizou transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres. Assim, também não faz parte deste relatório o item 4.4 da Portaria TCU nº 175/2013 e, conseqüentemente, não foram preenchidos os quadros A.4.4.1, A.4.4.2, A.4.3 e A.4.4.4.

Em relação ao item 4.5 da Portaria TCU 175/2013 informamos que esta UJ não dispõe de suprimentos de fundos de conta tipo "B", não sendo, portanto, preenchido o Quadro A.5.2, assim como não foram preenchidas as partes referidas aos Quadros A.4.5.1, A.5.3 e A.5.4. O quadro A.4.5.3, tendo em vista o sigilo da informação, não detalha os nomes dos servidores supridos com verbas secretas, informando apenas o total utilizado nas modalidades saque e fatura.

Os itens 4.6 e 4.7 da Portaria TCU nº 175/2013 não se aplicam a esta UJ, desta feita, não foram preenchidos os seus respectivos quadros.

Considerando que esta Unidade Jurisdicionada não foi citada explicitamente no PPA como responsável por executar programas de trabalho, as informações sobre Programas do PPA de responsabilidade da UJ (item 2.2 da Portaria do TCU), constarão no Relatório de Gestão do órgão

central ao qual esta Unidade se vincula, posto que os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações requeridas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

Considerando o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e na Instrução Normativa nº 69, de 14/12/2012, as informações constantes nos quadros A.5.1.1.1 e A.5.1.2.2 estão resguardadas por sigilo, não podendo assim serem incluídas no presente Relatório.

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. As informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do órgão central do DPF. Por conseguinte as informações solicitadas aos itens 5.1.4.2, 5.1.5.1, 5.1.5.2, 5.1.5.3 e 5.1.5.4 não constam neste relatório.

Referentemente ao item 5.1.6 da Portaria TCU 175/2013, o qual diz respeito à Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos, verifica-se que esta UJ não apresenta nenhum caso de ocorrência de Acumulação Indevida de Cargos, Funções ou Empregos Públicos. Aponta-se que não há, nesta UJ, implantação de forma permanente de um programa de controle interno visando detectar possível acumulação vedada. Com relação ao item 5.1.7 da mesma Portaria TCU, afirma-se que pelo fato de não haver nenhuma ocorrência de acumulação indevida, também não houve nenhuma providência adotada com respeito a notificações ou processos administrativos disciplinares abertos.

O item 5.1.8 da Portaria TCU 175/2013 não consta no presente Relatório, uma vez que, nesta UJ não se verificam instaurados Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos. Não há, portanto, tais indicadores desenvolvidos para a área de pessoal e também não há previsão para sua implementação.

O quadro A.7.1 com informações referentes à Gestão da Tecnologia da Informação (TI) serão objeto de apresentação pelo órgão central.

As informações constantes das alíneas “c” e “g” do item 6.1 da Portaria TCU nº 175/2013: “c) *Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral*” e “g) *Plano de substituição da frota*”, não constam neste Relatório de Gestão por estarem resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012.

Com referência ao item 9.3 da Portaria TCU 175/2013, informamos que na referida Unidade Jurisdicionada não há Unidade de Auditoria Interna.

O item 9.4.2 da Portaria TCU 175/2013 prescreve a situação do cumprimento das obrigações elencadas na Lei 8.730/93. Neste quesito, esta UJ, como forma de atender às disposições da referida Lei, realiza a solicitação, às devidas pessoas integrantes de seu quadro, que optem pela realização de assinatura de autorização de acesso à visualização de seus dados referentes a Bens e Rendas junto à Receita Federal. Informa-se que no período analisado não há ocorrência de pessoas que optaram por não realizar tal procedimento. O setor responsável pelo atendimento das normas da Lei 8.730/93 é o Setor de Recursos Humanos, o qual para tanto, realiza tais procedimentos ainda sem um sistema informatizado, utilizando assim, documentos em papel que são arquivados em pastas funcionais.

O item 9.5 da Portaria TCU 175/2013 não consta no presente Relatório pelo fato de não se verificarem ocorrências no referido período.

Com relação ao item 10.1 da Portaria TCU 175/2013, descreve-se que o cidadão possui como canal de acesso a eventuais solicitações ou denúncias o telefone com acesso direto ao Plantão Policial mantido 24 horas por dia nesta UJ. Já os itens 10.2 e 10.3 não se verificam presentes neste Relatório devido ao fato de não estarem instaurados na unidade analisada.

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no estado do Acre (SR/DPF/AC) está estruturada em três (3) Unidades Operacionais, composta pela sua sede, na cidade de Rio Branco - constituída por núcleos, setores e delegacias especializadas -, e pelas seguintes duas (2) delegacias descentralizadas no interior do Estado: Epitaciolândia (DPF/EPA/AC) e Cruzeiro do Sul (DPF/CZS).

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre			
Denominação Abreviada: SR/DPF/AC			
Código SIORG: 01149	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200380
Situação: ativa/inativa/em liquidação			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.494/0019-65	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(068) 32121200	(068) 32121240	
Endereço Eletrônico: sra.srac@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Tribunal de Justiça, s/nº, Bairro Via Verde, CEP: 69.920-193 - Rio Branco - Acre			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
SR/DPF/AC: Port. 259, de 18/05/65, BS. 095, de 24/05/65 - Criada como Posto.			
- Port. 1.545, de 11/12/72, BS. 235, de 12/12/72 - Elevada a Divisão de Polícia Federal.			
- Portaria n.º 039, de 17/03/75, BS. 052, de 18/03/75- Transforma a Divisão ao Acre em Superintendência.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.			

<p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.</p> <p>- Decreto nº 6.061, de 15/03/2007.</p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia federal e as atribuições de seus dirigentes - alterada pela IN Nº 17/08-DG/DPF; - alterada pela IN Nº 39/2010-DG/DPF.</p> <p>- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.</p> <p>- Portaria nº 941/2010-DG/DPF, de 25/02/2010, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas.</p> <p>- Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.</p>	
<p>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</p>	
<p>- Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (intranet.dpf.gov.br/srac), a partir do dia 16 de novembro de 2011, aniversário da Polícia Federal. O referido instrumento foi publicado a fim de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da PF, bem como proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.</p>	
<p>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</p>	
<p>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</p>	
Código SIAFI	Nome
200380	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre (Tesouro)
<p>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</p>	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
<p>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</p>	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200380	00001

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Polícia Federal tem na sua origem a Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, criada por D. João VI, em 10 de maio de 1808, transformada em Departamento Federal de

Segurança Pública com o Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de março de 1944. Com a aprovação da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, o Departamento Federal de Segurança Pública adquiriu a capacidade de atuação em todo o território. Atualmente a Polícia Federal é representada nos Estados e no Distrito Federal por suas Superintendências, pelo Órgão Central em Brasília, por suas Delegacias em diversas cidades espalhadas pelo Brasil e possui ainda representação em 16 países, com 13 (treze) Adidâncias e 10 (dez) Escritórios de Ligação.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve, segundo o artigo 144, §1º da Constituição Federal:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Portanto, cabe a Polícia Federal apurar os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Ademais, sob sua responsabilidade se encontram as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção a Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Com o intuito de viabilizar e gerir estrategicamente as ações no Estado do Acre, esta Superintendência Regional de Polícia Federal está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, por duas (02) Delegacias de Polícia Federal em Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, além de quatro (4) Postos de Controle de Fronteiras, sendo estes localizados nos municípios de Assis Brasil, Plácido de Castro, Santa Rosa do Purus e Marechal Thaumaturgo.

Assim, a Superintendência Regional no Estado do Acre exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal e, ainda, administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais.

É importante salientar que à SR/DPF/AC compete, também, propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do DPF, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais; promover

estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, consolidando relatórios de avaliação de suas atividades, bem como adotar ações de controle e zelo pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre divide-se em três Unidades Operacionais, quais sejam: Sede da Superintendência e duas Delegacias de Polícia Federal nos municípios de Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul e seu organograma funcional, apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (Portaria MJ nº 2.877, do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011), apresenta-se com a seguinte estrutura:

I - Superintendência Regional De Polícia Federal No Acre - SR/PF/AC:

a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;

b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;

c) Setor de Recursos Humanos - SRH;

d) Setor Técnico-Científico - SETEC;

e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG;

f) Delegacia Regional Executiva - DREX:

g) Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DRCOR:

h) Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR:

II - Delegacia De Polícia Federal Em Cruzeiro Do Sul; e

III - Delegacia De Polícia Federal Em Epitaciolândia.

QUADRO A.1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL SR/DPF/AC



Segundo o artigo 20 do Regimento Interno, devidamente publicado no Diário Oficial da União, às Superintendências Regionais, na sua área de atuação, compete:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;

II - administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;

III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal, a fim de subsidiar o planejamento operacional das unidades centrais;

IV - executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da Polícia Federal;

V - apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e

VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE APOIO

A Polícia Federal (PF), como Órgão Público, deve cumprir seu papel institucional provendo excelência nos serviços que presta à sociedade, agindo com esforço, perseverança e determinação para adaptar a instituição às políticas do governo. O processo de globalização e o desenvolvimento da tecnologia vêm tornando os cidadãos mais exigentes e a PF deve manter-se preparada para assisti-los.

Assim, nos últimos anos e com mais intensidade a partir de setembro de 2007, a Polícia Federal vem concentrando esforços para a melhoria de sua capacidade gerencial e para a modernização dos seus mecanismos de gestão.

Nesse contexto, em maio de 2010, foi iniciada a implantação da Gestão de Processos com o objetivo primordial de melhorar continuamente o desempenho dos processos Institucionais. Esse resultado na instituição do Escritório de Gestão de Processos da Polícia Federal (EGPRO/CIGE/DG/DPF) e no desenvolvimento da Metodologia de Gestão de Processos da Polícia Federal (MGPro-PF), aprovada pela Direção-Geral em novembro de 2010. A MGPro-PF busca

uniformizar conhecimentos e estabelecer um conjunto de regras e procedimentos a serem utilizados na execução das atividades relativas à Gestão de Processos na Instituição.

Estabelecido o contexto metodológico, em abril de 2011, foi iniciada a segunda etapa do Projeto de Implantação da Gestão de Processos na Polícia Federal, com o objetivo de identificar os principais Processos organizacionais e dispô-los em uma estrutura hierárquica denominada Arquitetura de Processos da Polícia Federal.

A Arquitetura de Processos elaborada para Polícia Federal tem como características não refletir os grandes e principais processos da instituição, sua estrutura organizacional, permitir a priorização e a seleção de processos para fins de melhoria. Ela, ainda, objetiva propor uma visão global da instituição e do ambiente na qual está inserida, fazendo parte de sua composição 25 (vinte e cinco) macroprocessos que se encontram sob análise e aprovação do Diretor Geral desta UJ.

Em que pese o documento retro mencionado não ter sido aprovado pela autoridade competente do Órgão, atualmente, estão em vigência no Departamento de Polícia Federal os seguintes macroprocessos e produtos:

Superintendência Regional de Polícia Federal no estado do Acre

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal.

QUADRO A.1.4.1 - MACROPROCESSOS DA SR/DPF/AC

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS ¹	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária,
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.

¹ Fonte: Arquitetura de Processos da Polícia Federal

➤ **Núcleo de Inteligência Policial: NIP**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

QUADRO A.1.4.2 - MACROPROCESSOS DA NIP/DPF

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional

➤ **Setor de Recursos Humanos**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

QUADRO A.1.4.3 - MACROPROCESSOS DA SRH/DPF

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

➤ **Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

QUADRO A.1.4.4 - MACROPROCESSOS DA NTI/DPF

IDENTIFICAÇÃO DOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
-------------------	-------------------------------

MACROPROCESSOS	
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.

➤ **Delegacia Regional Executiva –DREX**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

QUADRO A.1.4.5 - MACROPROCESSOS DA DREX/DPF

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos.
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.

Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e aos direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.

Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
---------------------	--

➤ **Corregedoria Regional da Polícia Federal COR**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas.

QUADRO A.1.4.6 - MACROPROCESSOS DA COR/DPF

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária

➤ **Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado - DRCOR**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

QUADRO A.1.4.7 - MACROPROCESSOS DA DRCOR/DPF

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.

Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.
------------------------	--

➤ **Setor Técnico Científico - SETEC**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

QUADRO A.1.4.8 - MACROPROCESSOS DA SETEC/DPF

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

➤ **Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

QUADRO A.1.4.9 - MACROPROCESSOS DA SELOG/DPF

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.

Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas conseqüências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.

1.5 PRINCIPAIS PARCEIROS

O Departamento de Polícia Federal, em especial, a UJ no Acre, para cumprimentos de suas atribuições, nomeadamente as de cunho operacional, promoveu ações conjuntas, ao longo de 2013, com os seguintes parceiros:

- Polícia Militar do Estado do Acre;
- Polícia Civil do Estado do Acre;
- Força Nacional de Segurança Pública – FNSP;
- Exército Brasileiro;
- Instituto Chico Mendes – ICMBio;
- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA;
- Polícia Rodoviária Federal – PRF;
- Receita Federal do Brasil – RFB;
- Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre – IMAC;
- Secretaria de Fazenda do Estado do Acre – SEFAZ;
- Polícia Nacional do Peru;
- Polícia Nacional da Bolívia;
- Ministério Público Federal – MPF/AC;
- Justiça Federal – JF/AC;

É importante frisar que os parceiros que atuam juntamente com esta UJ, quer seja na área fim ou meio, são acenados de acordo com o tipo de operação/atividade que será desenvolvida, portanto, não existem parceiros principais e, sim, parceiros elegidos de forma estratégica para com o trabalho a ser executado.

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Inicialmente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos e considerando a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do planejamento estratégico da Polícia Federal, para o período de 2010-2022, que se apresenta por meio de três instrumentos: Plano Estratégico, Portfólio Estratégico e Mapa Estratégico.

Para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar ainda os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica

Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

b) Valorizar o Servidor

Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

c) Reduzir a Criminalidade

Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

d) Promover a Cidadania

Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

e) Incrementar os Acordos e Parcerias

Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação

Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico

Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

Nesse contexto, a SR/DPF/AC atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em suma, ela o faz em conjunto com outras unidades policiais do DPF, Forças Armadas, Força Nacional, Polícia Rodoviária, Forças locais e órgãos de governo das três esferas, agindo, assim, de forma coordenada.

Atuam desta forma, também, as Delegacias Descentralizadas no Estado do Acre, sempre em consonância com a Superintendência em Rio Branco, bem como integradas entre si, principalmente no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam suas circunscrições.

Assim, a Instituição como um todo, se foca no atendimento da missão da Polícia Federal que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.” Isso, para atingir a sua visão de futuro que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Ainda no cumprimento ações dos programas contidos no PPA, em especial a ação 2586 que trata do Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional, vale destacar que houve uma melhora significativa do atendimento ao cidadão. Esforços foram despendidos a fim de ser se aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões, em prazos mais curtos.

O DPF teve de enfrentar dificuldades de ordem interna relacionado à uma deflagração de greve dos servidores policiais e administrativos, o que causou diversos transtornos na realização de suas atividades, em especial, às de emissão de passaporte e atendimento nos aeroportos.

A fim de vencer tal adversidade, a Direção Geral e os gestores locais empenharam esforços no sentido de manterem uma comunicação com as categorias e, assim, após negociação, uma força tarefa foi implementada a fim de, numa ação conjunta, regularizar os serviços que se acumularam durante o período de suas paralisações.

Destarte, após resolução da demanda, o órgão pode dar continuidade ao seu planejamento estratégico no que concerne a uma prestação de serviço de qualidade na recepção dos aeroportos, postos de fronteira e no atendimento a estrangeiros, buscando cumprir com o compromisso firmado com a International Civil Aviation Organization – ICAO, agência especializada da Organização das Nações Unidas.

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Estado do Acre, local onde está sediada esta Unidade Jurisdicionada, é composto por 22 (vinte e dois) municípios e ocupa uma área de 153.149,9 km². Desta forma, para melhor desempenhar suas atribuições locais, foi editada a Portaria nº 69/2008 –DG/DPF, de 19 de fevereiro de 2008, que delimita a circunscrição em todo o Estado, estendendo-a ainda para alguns municípios limítrofes pertencentes à UF do Amazonas. Segue abaixo a forma como foi dividida esta circunscrição entre as Unidades Operacionais no Estado, bem como os respectivos municípios-sede:

2.2.1 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE - SR/DPF/AC

- **CIRCUNSCRIÇÃO:** 12 municípios – Acrelândia, Boca do Acre/AM, Bujari, Capixaba, Manoel Urbano, Pauini/AM, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira e Senador Guiomard.
- **MUNICÍPIO-SEDE:** RIO BRANCO

2.2.2 DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CRUZEIRO DO SUL/AC DPF/CZS/AC

- **CIRCUNSCRIÇÃO:** 12 municípios – Cruzeiro do Sul, Eirunepé/AM, Feijó, Guajará/AM, Ipixuna/AM, Itamarati/AM, Jordão, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves e Tarauacá.
- **MUNICÍPIO-SEDE:** CRUZEIRO DO SUL

2.2.3 DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM EPITACIOLÂNDIA/AC – DPF/EPA/AC

- **CIRCUNSCRIÇÃO:** 4 municípios – Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri.
- **MUNICÍPIO-SEDE:** EPITACIOLÂNDIA

Assim, para cumprir com os objetivos estratégicos propostos pela Unidade Central a SR/DPF/AC e suas descentralizadas atuam de forma coordenada para combater aos crimes cometidos na região, em especial, o tráfico de drogas, contrabando e descaminho, dentre outros.

Ainda seguindo as diretrizes propostas, várias ações foram desencadeadas ao longo do exercício. Ressaltam-se, em breve síntese, algumas operações de caráter permanente instituídas pelo Órgão Central:

- **OPERAÇÃO SENTINELA** – seu objetivo primordial é prevenir e reprimir crimes transnacionais com os países vizinhos, Bolívia e Peru, limítrofes com o Acre;
- **OPERAÇÃO ARCO DE FOGO** – seu objetivo primordial é a repressão do desmatamento ilegal em regiões da Amazônia e crimes contra a fauna e flora brasileiras.

Ainda no tocante a Operação Sentinela, é importante frisar que ela integra o Planejamento Estratégico de Fronteiras lançado no dia 08 de junho de 2011 pelo Governo Federal. No que concerne às ações de inteligência, controle e fiscalização em todo o Estado, em especial, nas circunscrições da Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, atuam de forma conjunta policiais federais de outras unidades da federação e a Força Nacional.

Pertinente se faz salientar, que as operações transitórias deflagradas ora pelo órgão central com participação efetiva desta regional, ora por iniciativa própria trouxeram resultados positivos para a sociedade, tais como:

- **OPERAÇÃO G7:** Foi a maior operação realizada pela Polícia Federal no Estado do Acre, eis que foram presos servidores públicos do Estado do Acre, além de empresários do ramo de construção civil representantes da elite dominante. Foram cumpridos 35 mandados de busca e apreensão e 15 mandados de prisão. Houve a comprovação da existência de cartel formado pelas empresas do ramo de construção civil que atuavam frustrando o caráter competitivo das licitações promovidas pelo Estado do Acre. Os principais crimes envolvidos foram a formação de cartel e desvio de recursos públicos (Art. 4º, inciso I da Lei nº 8.137/90, artigos 312, 317, 333, 299, 288 todos do CPB e art. 90 e 96, V, da Lei nº8666/93). Para a deflagração da operação atuaram 150 policiais federais.
- **OPERAÇÃO TRAPICHE:** Combateu o Tráfico de Drogas na circunscrição da DPF/CZS/AC, foram cumpridos 12 (doze) prisões e 15 (quinze) Mandados de Buscas;
- **OPERAÇÃO PARCAS:** Operação desenvolvida com o apoio da DDH/CGDI, visando à prevenção e repressão ao alto índice de abortos ocorridos em Cruzeiro do Sul com a

utilização de medicamentos de origem estrangeira sem registro na ANVISA. Foram cumpridos 06 (seis) prisões, 04 (quatro) conduções coercitivas e 12 (doze) Mandados de Buscas.

- **OPERAÇÃO IAÇÁ:** Combateu o Tráfico de Drogas na circunscrição da DPF/CZS/AC, foram cumpridas 08 (oito) prisões, e apreendidos 01 (um) veículo e 02 (duas) motocicletas.

2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Com o objetivo de aparelhar-se e organizar-se estrategicamente para execução de suas ações e objetivando prover condições de trabalhos mais adequados para o cumprimento de suas atribuições, a Superintendência Regional no Estado do Acre todos os anos elabora seu plano de metas para o exercício futuro e utiliza como instrumento sua INTRANET.

Desta forma, todos os setores são convocados a fazerem suas projeções para o exercício vindouro com os seguintes pontos: meta, justificativa, executor e ação. Durante o transcurso do tempo, cada responsável deve, ao final do prazo estabelecido, inserir o resultado e sua respectiva avaliação, englobando todos os pontos fortes e fracos ocorridos no seu cumprimento.

QUADRO A.2.3 – EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
1/2013	Conclusão da obra em 2013	Obra em andamento, contrato 26/2010, com vigência de 30 meses.	GTED/SR/DPF/AC - SELOG/SR/DPF/AC	Atividades de fiscalização da obra, registro fotográfico e livro diário.	Sim	Ação realizada conforme medição e apresentação dos registros fotográficos na intranet da SR/DPF/AC
				Adequações de projeto às exigências de modernização da gestão e dos equipamentos contratados após início da obra.	Sim	Foram feitas as adequações de projeto necessárias.
				Acompanhamento/fiscalização de ação complementar: Aquisição e Instalação de Nobreaks	Sim	Os Nobreaks já estão em funcionamento.
				Acompanhamento/fiscalização de ação complementar: Aquisição e instalação de Grupo Motor Gerador	Sim	O Grupo Motor Gerador já está em funcionamento.
				Acompanhamento/fiscalização de ação complementar: Aquisição e instalação de Cabeamento Estruturado	Sim	Foi realizada a aquisição e instalação de Cabeamento Estruturado e a rede já está em uso.
				Acompanhamento/fiscalização de ação complementar: Aquisição e instalação de Sistemas de Segurança	Sim	Foi adquirido e instalado e já se encontra em funcionamento.
				Acompanhamento/fiscalização de	Não	A meta não foi alcançada. A

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
				ação complementar: Contratação de Manutenção Predial (sistemas hidráulicos, elétricos, climatização e elevadores)		contratação foi dividida entre Manutenção Predial que compreende os sistemas hidráulico, elétrico e de climatização e outro contrato que trata da manutenção dos elevadores. Aquele não foi contratado por falta de recursos orçamentários uma vez que é um contrato de alto valor. Esse não foi contratado porque a AGU tem imposto inúmeras dificuldades como a exigência de uma lista de peças de reposição para os elevadores e a devida cotação das mesmas e a negativa da contratação com reposição total de peças.
2/2013	Concluir a obra contratada no final de 2012.	A unidade tem forte casuística de apreensão de veículos com compartimentos adrede construídos para transporte de drogas, que necessitam ser minuciosamente vistoriados. A oficina disponibilizará melhores condições físicas e operacionais para a realização dessas vistorias e eventuais perícias, bem como servirá de apoio para os serviços corriqueiros de manutenção de viaturas próprias.	GTED/SR/DPF/AC	Acompanhar e fiscalizar a obra, com inspeções periódicas, produzindo acervo fotográfico e livro no SIGEPOL	Sim	A obra foi concluída com a devida fiscalização e acompanhamento e foi produzido o acervo fotográfico.
3/2013	Concluir a serviço contratado no final de 2012.	Serviço de engenharia contratado no final de 2012. O prédio da DPF/EPA/AC foi construído há mais de 10 anos e não sofreu maiores manutenções nesse período, havendo diversos sistemas desgastados e	GTED/SR/DPF/AC	Acompanhar e fiscalizar a obra, com inspeções periódicas, produzindo acervo fotográfico e livro no SIGEPOL	Não	Fiscalização e diário de obra realizados com sucesso. Obra finalizada.

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
		necessitando reparos. Também houve forte modificação no perfil funcional, com o crescimento da equipe ali lotada, exigindo modificações e adequações nos espaços internos.				
4/2013	Concluir serviço contratado em 2013	O imóvel cedido à Operação Sentinela estava desocupado e foi deteriorado, exigindo diversos reparos para sua re-ocupação, bem como adaptações funcionais para adequação às demandas próprias do serviço.	GTED/SR/DPF/AC	Acompanhar e fiscalizar a obra, com inspeções periódicas, produzindo acervo fotográfico e livro no SIGEPOL	Sim	A obra foi concluída dentro do prazo previsto. Foi realizado diário de obras com fotografias no SIGEPOL.
5/2013	Iniciar a construção do prédio no ano de 2013	Incentivo à investidora em locais de difícil locação	GTED/SR/DPF/AC	Acompanhar atividades finais de elaboração do Projeto Executivo - DEA/CPLAN/DLOG/DPF	Sim	Houve o acompanhamento da elaboração do projeto executivo junto a DEA/CPLAN/DLOG/DPF.
				Preparar os documentos técnicos destinados à licitação da obra	Sim	Alguns documentos já foram providenciados.
				Acompanhar o procedimento de licitação da obra	Não	Ainda não foi feito o procedimento licitatório.
				Acompanhar/fiscalizar a execução da obra	Não	A obra não iniciou.
6/2013	Acompanhar a elaboração do Projeto Executivo durante o ano de 2013	Incentivo à investidora em locais de difícil locação	GTED/SR/DPF/AC	Acompanhar o DEA/CPLAN/DLOG/DPF na elaboração do Projeto Executivo a ser contratado	Sim	Houve o acompanhamento na elaboração do projeto executivo junto a DEA/CPLAN/DLOG/DPF.
7/2013	Acompanhar a elaboração do Projeto Executivo durante o ano de 2013	A atual delegacia de Cruzeiro do Sul não comporta minimamente as atividades exigidas pela casuística regional, com espaços exíguos e inadequados. O crescimento das atividades e do corpo policial local exige a ampliação dos espaços necessários a todos os setores e criação de novos espaços para	GTED/SR/DPF/AC	Acompanhar o DEA/CPLAN/DLOG/DPF na elaboração do Projeto Executivo a ser contratado	Sim	Houve o acompanhamento na elaboração do projeto junto a DEA/CPLAN/DLOG/DPF.

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
		serviços ora reprimidos. A solução mais viável é a construção de uma nova unidade na localidade.				
8/2013	Desenvolver projeto básico e contratar projetista para elaborar o Projeto Executivo da reforma no ano de 2013.	Os imóveis funcionais de Epitaciolândia foram muito desgastados durante a reforma da delegacia local, quando suportaram todos os serviços da unidade. Atualmente um deles serve para suportar uma unidade da operação Sentinela e os outros dois servem como depósitos de materiais e bens para baixa patrimonial. A reforma das residências é necessidade imprescindível para sua efetiva utilização.	GTED/SR/DPF/AC	Desenvolver projeto básico de reforma das unidades Contratar empresa/profissional para desenvolver projeto executivo de reforma das unidades.	Não Não	Suspensão por falta de recursos humanos. Suspensão por falta de recursos humanos.
9/2013	Desenvolvimento de projeto básico e projeto executivo no ano de 2013	Os Policiais lotados na DPF/EPA/AC não dispõem de condições adequadas para o exercício de atividades físicas, tendo em vista que as poucas academias locais, muito precárias, são também frequentadas por seus alvos de investigação, dada a grande casuística de tráfico de drogas na região. Tal conflito, além do desconforto que ocasiona, oferece grande perigo à sua integridade pessoal. A construção de uma academia no ambiente de trabalho, além de suprir o espaço destinado às atividades físicas de rotina, obrigatórias ao policial, permitirão também a realização	GTED/SR/DPF/AC	Desenvolvimento de projeto básico pela equipe do GTED Contratar empresa/profissional para desenvolver projeto executivo.	Sim Não	A equipe do GTED/SR/AC participou da elaboração dos projetos hidrossanitário e elétrico da academia. Projeto executivo não contratado por falta de recursos orçamentários.

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
		de treinamentos específicos de outras técnicas policiais, em especial as de defesa e abordagem.				
10/2013	Adquirir programas computacionais de engenharia e capacitar a equipe técnica para a gestão e desenvolvimento de projetos e para a orçamentação e fiscalização de obras e serviços técnicos.	O GTED/SR/DPF/AC é um grupo de policiais com formação em engenharia, que atua nas obras e serviços no âmbito da SR/AC. O crescimento das atividades, decorrente das obras em andamento e daquelas em perspectiva, exige da unidade uma constante capacitação, tanto no investimento nas pessoas quanto nos métodos de trabalho. Atualmente tem se mostrado necessário ao setor o investimento na capacitação da equipe para o desenvolvimento de projetos (estruturais, hidro-sanitários, elétrico-lógicos etc), para a orçamentação e para o gerenciamento/fiscalização de obras e serviços técnicos.	GTED/SR/DPF/AC	Aquisição de software de desenhos de engenharia e projeto executivo nas áreas de arquitetura, elétrica-lógica, hidráulica-sanitária e estrutura.	Não	Falta de recursos orçamentários.
				Participação do pessoal em Gestão de Projetos - Curso disponibilizado pelo EAD/SENASP	Sim	O APF Nelson Brezolin realizou o curso de Gestão de Projetos disponibilizado pelo EAD/SENASP.
				Participação do pessoal em Licitações e Contratos - Curso disponibilizado pelo EAD/SENASP	Não	Curso não realizado por falta de servidor com disponibilidade para realizá-lo;
				Participação do pessoal em Orçamentação de Obras - Curso não disponibilizado pelo EAD/SENASP (contratação por demanda)	Não	Curso não disponibilizado.
				Participação do pessoal em Desenho Digital - Curso não disponibilizado pelo EAD/SENASP (contratação por demanda)	Não	Curso não disponibilizado.
				Treinamento dos programas de elaboração de projetos de engenharia adquiridos	Não	Programas não adquiridos.
				Estágio no DEA/CPLAN/DLOG/DPF de membro do GTED para capacitação nos procedimentos de projeto e fiscalização de serviços de engenharia no âmbito do DPF	Sim	o APF Nelson Brezolin realizou estágio no DEA/CPLAN/DLOG/DPF durante o mês de agosto.
11/2013	Renovar todos os contratos com fim de vigência em	Continuidade das serviços prestados por terceiros à	SELOG	Fazer termos aditivos, apostilamentos, e celebração de	Parcial	Considerando o reduzido efetivo do setor; considerando a

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
	2013 e fazer repactuações.	Superintendência.		novos contratos.		<p>dificuldade no atendimento dos apontamentos técnicos apresentados nos parecer do órgão consultor, em especial à necessidade de cotação de preços no mercado para os procedimento de novas contratações e de prorrogações; considerando a ausência de controles efetivos que permitam o planejamento e a adequada ação em prazo hábil para garantir os regulares procedimentos; considerando a demora na entrega das minutas de contrato das contratação de adesão (energia e abastecimento de água e esgoto). Por esses motivos não foi possível realizar todas as contratações e/ou prorrogações necessárias à continuidade dos serviços essenciais, levando à administração a realizar algumas despesas através de INDENIZAÇÃO, que chegara a impactar nas cotas orçamentárias do exercício de 2014.</p> <p>Além disso, em que pese haver a necessidade da continuidade de todos os contratos vigentes em 2013, devido à restrições orçamentárias, aliado à necessidade de adequação do orçamento da unidade às novas despesas decorrentes da ocupação do novo prédio sede, não foi possível a continuidade de todas as contratações necessárias ao bom</p>

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
						funcionamento da unidade.
				Fazer gestões junto à COF/DLOG com intuito de se obter mais recursos financeiros para as contratações necessárias, uma vez que a inauguração da nova sede da SR/DPF/AC acarretará aumento no custeio desta Unidade Gestora.	Não	Em que pese o SELOG ter encaminhado informações necessárias e suficientes para verificar que as cotas do exercício de 2013 eram insuficientes para continuidades dos serviços contratados aliado a necessidade de novas contratações necessárias à ocupação da nova sede da SR/DPF/AC, tais medidas não surtiram efeito devido ao planejamento orçamentário da união que passou a contingenciar ainda mais os gastos públicos inclusive para o exercício de 2014. Assim a administração da SR/AC precisou reduzir as contratações da unidade em detrimento da continuidade da adequada administração da unidade, impactando uma redução na ordem de R\$ 1.000.000,00 do exercício de 2013 para 2014.
12/2013	Instalação dos programas STI em dois computadores daquele posto de controle fronteiriço.	Necessidade de efetuar maior controle nas entradas e saídas do território brasileiro na circunscrição da DPF/EPA/AC, bem como prestar um serviço de melhor qualidade ao usuário.	DPF/EPA/AC	Solicitar a presença do APF Cassimiro para que efetue a liberação do acesso ao sistema a outro Policial, bem como efetuar contato com o SERPRO para instalação dos programa STI naqueles computadores.	Sim	Foram instaladas 03 (três) máquinas com STI no Posto e implementado um link de internet com banda superior ao disponibilizado pelo SIPAM.
14/2013	Contato com o NUENG/SR/DPF/AC solicitando análise e projeto para reforma das	Conservação das residências funcionais que se encontram em estado crítico.	SR/DPF/AC		Não	

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
	residências.					
15/2013	Capacitar os novos servidores que foram lotados no SRH nas áreas de aposentadoria, cadastro, pensão alimentícia e licença capacitação.	Parte do quadro de pessoal do setor foi renovado no início de 2013 o que justifica a necessidade de capacitação dos novos servidores e a continuidade na qualificação dos que já se encontram no SRH da SR/AC.	SRH	Ação não alcançada.	Não	Ação não alcançada em razão da grande demanda de serviço e da diminuição do número de servidores lotados no SRH/AC. No início de 2013 eram 04 servidores, atualmente são apenas 03 e um deles acumula a função de responsável pelo controle do suprimento de fundos da SR/AC e de suas Descentralizadas.
16/2013	Recrutar servidores de outras SR's com experiência em Recursos Humanos para auxiliar nas demandas do SRH da Superintendência Regional no Estado do Acre, em razão do baixo efetivo de servidores administrativos lotados no setor e que não atende a demanda progressiva ocasionada pelo aumento do efetivo de servidores da carreira policial na SR/AC.	Necessidade de ter uma maior celeridade nas demandas encaminhadas ao SRH.	SRH	Recrutar servidores de outras SR's com experiência em Recursos Humanos para auxiliar nas demandas do SRH da Superintendência Regional no Estado do Acre, em razão do baixo efetivo de servidores administrativos lotados no setor.	Sim	Houve a disponibilização de servidores de outras SR's para colaborar com celeridade dos nossos trabalhos.
18/2013	Com a colaboração e envolvimento de todos os setores da superintendência, realizar a mudança da antiga sede para a nova; adquirir bens móveis para compor o novo prédio, visando ainda o aumento de efetivo. Atender, sem gargalos, as necessidades dos diversos	Para que a atividade fim produza com as devidas eficiência e eficácia, se faz necessário o empenho e aparelhamento da atividade meio. Sendo a antecipação e o planejamento gerencial necessários para que se logre tal sucesso. O aumento do efetivo de servidores administrativos neste núcleo favorecerá celeridade das	NAD/SELOG		Não	

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
	setores.	requisições e a divisão de tarefas que favorece a maior especialização e consequentemente a maior eficiência.				
19/2013	Dar destinação ao maior número possível de bens apreendidos com processo em andamento na justiça, especialmente veículos.	Necessidade de dar cumprimento ao art. 11 do Código de Processo Penal, liberar espaço nos pátios das unidades da Polícia Federal no Acre e evitar que os bens permaneçam sob efeito das intempéries do tempo, com depreciação de seu valor monetário.	CORREGEDORIA REGIONAL	Encaminhar ao juízo ofícios contento descrição do bem, processo vinculado, foto e solicitação de alienação antecipada do bem. Haverá necessidade de gestões estratégicas junto ao Diretor do Foro da Justiça Federal e TJ/AC.	Sim	Os juízos tanto estadual como federal foram instados a dar a devida destinação aos bens apreendidos. A Justiça Federal promoveu leilão dos bens de sua responsabilidade, porém não houve arremate dos bens.
				Provocar os respectivos juízos a dar destinação aos bens ou mesmo a alienação antecipada antes da sentença final	Parcial	Foram provocados os juízos, sendo que a Justiça Federal determinou a realização de leilões para os bens apreendidos sob sua responsabilidade. Já a justiça estadual, leia-se, TJ-AC manteve-se silente, não informando à Polícia Federal qualquer providência no âmbito estadual. Para o ano, deveremos novamente cobrar tais providências.
20/2013	Correccionar o maior número possível de inquéritos policiais em cartório em andamento nas três unidades da Polícia Federal no Acre.	Dar cumprimento ao item 181 e seguintes da IN 011/2001-DG/DPF.	CORREGEDORIA REGIONAL	Análise pontual dos inquéritos verificando o cumprimento das exigências previstas nos itens da Instrução Normativa nº 011/2001-DG/DPF, assim como análise da produtividade das três unidades no Estado do Acre.	Sim	Foram correccionados inquéritos nas três unidades, sendo avaliada a produtividade em cada uma, fazendo parte do relatório anual das Correições Ordinárias.
21/2013	Agilizar os procedimentos de forma a se enviar dentro do próprio mês os processos de solicitação de refúgio ao CONARE.	Promover maior controle no ingresso dos estrangeiros em território brasileiro solicitando refúgio.	DPF/EPA/AC		Não	

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
13/2013	Contato com o NUENG/SR/DPF/AC a fim de verificar o andamento das etapas da obra.	Necessidade de se prover moradia aos servidores que exercem seu labor em unidade considerada de difícil provimento.	SR/DPF/AC		Não	
17/2013	Identificar e prender os supostos fraudadores do INSS.	É necessário coibir as fraudes praticadas contra o INSS, eis que tais crimes produzem grandes prejuízos para os cofres públicos.	DELEPREV/DRCOR/SR/DPF/AC	Obtenção de informações fidedignas junto aos colaboradores.	Não	
22/2013	Conseguir uma vaga em curso do Canil Central (SECAN/CGPRE) ou então em curso em outra academia policial especializada (nacional ou internacional).	Necessidade da utilização desta ferramenta de trabalho no combate ao tráfico de drogas na região, já que esta descentralizada faz fronteira com dois países produtores de cocaína (Bolívia e Peru).	DPF/EPA/AC		Não	
23/2013	Conseguir realizar cursos de capacitação aos policiais desta descentralizada no ano de 2013	Necessidade de capacitar o efetivo policial desta descentralizada, principalmente no tocante aos crimes de tráfico de drogas, contrabando/descaminho e desvio de recursos públicos.	DPF/EPA/AC		Não	
24/2013	Realização de 04 barreiras e/ou operações policiais mensais, incluídas aí as fiscalizações em postos de despacho de mercadorias e bagagens.	Com o aumento do tráfico de drogas nas rodovias BR 364 e BR 317 faz-se necessário ampliar o controle fiscalizatório operacional. Deve-se manter o combate ao tráfico de drogas atuando diretamente na apreensão de bens e capitais dos traficantes com o aprimoramento das operações de inteligência policial.	DRE/SR/DPF/AC	Realização de barreiras e/ou fiscalizações em postos de despachos de bagagens e mercadorias ou transporte de pessoas, bem como a realização de operações de inteligência policial.	Sim	As ações propostas foram realizadas, inclusive com a realização de operações.

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
25/2013	Implantar a modernização da fiscalização do tráfego internacional terrestre e fluvial em, Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo e Plácido de Castro.	Fiscalizar com eficiência o tráfego internacional e agilizar o atendimento aos estrangeiros.	DELEMIG DPF/EPA DPF/CZS	Estruturar os pontos de fiscalização com utilização de recursos tecnológicos (novo STI).	Parcial	Ainda não foi implantado novo sistema do STI nos municípios de Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo, e Plácido de Castro, foram licitados no final de 2013 equipamentos para essas localidades pra ser implantado no ano de 2014.
26/2013	1. Realizar as fiscalizações bancárias, entre agências bancárias e PAB's, na circunscrição dos 12 municípios que abrangem a SR/DPF/AC, expedindo as suas respectivas portarias. 2. Vistoriar as instalações físicas das 08 (oito) empresas especializadas em segurança privada, bem como fiscalizar as atividades desenvolvidas pelas mesmas. 3. Vistoriar os veículos especiais vinculados a circunscrição desta DELESP, expedindo o respectivo certificado de vistoria; 4. Fiscalizar bares, boates, casas noturnas e estabelecimentos comerciais, no tocante à segurança orgânica, lavrando auto de encerramentos de atividades clandestinas, caso seja constatado tal situação. 5. Fiscalizar os	São atribuições da DELESP.	DELESP		Não	

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
	curso de formação e reciclagem de vigilante, escolta armada e transporte de valores, registrar os formandos nas suas respectivas categorias. 6. Analisar a situação criminal dos vigilantes, por meio da expedição de despachos. 7. Lavra auto de constatação e Infração, caso seja constatado infração administrativas. 8. Credenciar instrutores para ministrar aulas em nas escolas de formação. 9. Autorizar a aquisição de coletes balísticos às empresas especializadas em segurança privada. 10. Adquirir um Frigobar.					
27/2013	Participação dos servidores lotados no SETEC/AC em cursos de capacitação na área técnica, policial e de gestão, bem como nos congressos de interesse da área, conforme formação e perfil de cada um.	Para o pleno exercício da função pericial é imprescindível que os peritos se mantenham atualizados no que existe de mais moderno em termos de técnicas e equipamentos disponíveis para seu trabalho.	SETEC/AC	Chefia divulgar, indicar e tomar as providências cabíveis para participação dos servidores.	Sim	Durante o ano de 2013, 9 PCFs do SETEC/AC participaram de ao menos uma ação de capacitação, presencial ou à distância, totalizando 1048 horas de capacitação.
28/2013	Recrutar peritos para as áreas no SETEC com maior número de solicitações por perito, a fim de auxiliar na celeridade dos trabalhos.	Tendo em vista que o SETEC/AC possui um número limitado de peritos, principalmente em áreas específicas do conhecimento, por vezes é necessário solicitar peritos em missão	SETEC/AC	Elaborar recrutamentos com o aval do DREX e realizar contatos com os peritos, chefias e DITEC.	Sim	Foram realizados 7 recrutamentos de PCFs das áreas de engenharia civil, contabilidade e informática para atender às demandas específicas da SR/AC

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
		para auxiliar no atendimento às demandas.				
29/2013	Elaborar e promover Oficinas de Atualização para os servidores policiais.	Por vezes erros de procedimentos ocorrem por desconhecimento ou esquecimento dos servidores com relação às ações mais adequadas em cada ocasião.	SETEC/AC	Elaborar e promover a Oficina de Extração de Dados em Telefones Celulares (uso do Cellebrite).	Não	Por falta de efetivo no SETEC/AC e devido à alta demanda de trabalho, não foi possível realizar a oficina planejada.
				Elaborar e promover a Oficina de Lacração de Materiais.	Não	Por falta de efetivo no SETEC/AC e devido à alta demanda de trabalho, não foi possível realizar a oficina planejada.
				Elaborar e promover a Oficina de Local de Crime.	Não	Por falta de efetivo no SETEC/AC e devido à alta demanda de trabalho, não foi possível realizar a oficina planejada.
				Elaborar e promover a Oficina de Merceologia.	Não	Por falta de efetivo no SETEC/AC e devido à alta demanda de trabalho, não foi possível realizar a oficina planejada.
				Elaborar e promover a Oficina de Orientação e Navegação Terrestre.	Não	Por falta de efetivo no SETEC/AC e devido à alta demanda de trabalho, não foi possível realizar a oficina planejada.
				Elaborar e promover a Oficina de Documentoscopia.	Não	Por falta de efetivo no SETEC/AC e devido à alta demanda de trabalho, não foi possível realizar a oficina planejada.
30/2013	Migração do SETEC para as novas instalações da sede da SRAC	Mudança de endereço	SETEC/AC	Designar comissão para elaborar o planejamento da mudança.	Sim	Comissão composta pelos PCF Ronaldo e Renata
				Realizar levantamento dos materiais, equipamentos e	Sim	Levantamento realizado pela comissão em maio e junho/2013

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
				documentos existentes no SETEC/AC.		
				Verificar espaço previsto.	Sim	Visita às novas instalações do SETEC/AC realizada durante todo o ano de 2013
				Elaborar croquis.	Sim	Foi elaborado croqui com disposição espacial do novo SETEC e indicação dos equipamentos que seriam dispostos em cada ambiente. O croqui foi apresentado no Plano de Mudança do SETEC/AC, documento entregue ao DREX/AC em junho/2013
				Estimar necessidade de aquisição de mobiliário.	Sim	Após mudança foi verificada a necessidade de aquisição de estantes. O Termo de Referência foi elaborado, encaminhado para aprovação do SR e posteriormente entregue ao SELOG/AC
31/2013	Adquirir uma estação de geoprocessamento	Atualmente o Grupo de Perícias de Meio Ambiente, composto por sete peritos formados na área, conta com apenas uma estação de geoprocessamento para processamento de imagens de satélites e análises por sensoriamento remoto. Por isso, é comum ocorrer atrasos em alguns trabalhos que dependem do uso da estação, pela grande demanda.	SETEC/AC	Elaborar Termo de Referência definindo as características e configurações do computador a ser adquirido e seus periféricos.	Sim	Aderiu-se à ARP da DLOG dentro do plano de investimentos em TI
				Buscar autorização do SR e encaminhar solicitação ao SELOG/AC.	Sim	A aquisição foi autorizada utilizando recursos do plano de investimentos em TI da SR/DPF/AC
32/2013	Adquirir licenças para uso de softwares.	Atualmente o Grupo de Perícias de Meio Ambiente, composto por sete peritos	SETEC/AC	Elaborar Termo de Referência para aquisição de duas	Sim	O TR foi elaborado pelos PCF Amaral e Laura

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
		formados na área, conta com apenas três licenças do ArcGIS e com um do ENVI. Muitas vezes o perito fica esperando a liberação de uma das licenças para realizar exames periciais, gerando atrasos no trabalho.		licenças do ArcGIS. Elaborar Termo de Referência para aquisição de duas licenças do ENVI. Buscar autorização do SR e encaminhar solicitação ao SELOG/AC.	Sim Sim	O TR foi elaborado pelos PCF Amaral e Laura A aquisição foi efetuada com os recursos de investimentos em TI da SR/DPF/AC
33/2013	Implantar a modernização da fiscalização do tráfego internacional no aeroporto de Rio Branco.	Fiscalizar com maior eficácia o tráfego internacional e agilizar o atendimento aos estrangeiros quando de sua entrada/saída.	DELEMIG	Estruturar o ponto de fiscalização com utilização de recursos tecnológicos (novo STI).	Sim	O sti já existe no Aeroporto de Rio Branco, porém foi licitado novos equipamentos para adquirir uma melhoria nossos serviços.
34/2013	Realizar serviços de emissão de passaportes e Laissez-passer.	Exercer as funções de polícia marítima aeroportuária e de fronteiras de responsabilidade do DPF	DELEMIG, DPF/EPA E DPF/CZS	Aperfeiçoar o atendimento utilizando o Novo SINPA.	Não	Houve uma licitação para adquirir novos equipamentos para a Delemig/OCA, CZS e EPA e aperfeiçoar o atendimento do cidadão com mais estações de trabalho, sendo que na Delemig/OCA houve um aumento significativo na confecção de passaportes.
35/2013	Realizar diligências relativas à naturalização, permanência, prorrogação e transformação de vistos	Verificar in loco a veracidade dos motivos que deram causa ao requerimento.	DELEMIG, DPF/EPA DPF/CZS	Efetuar diligências e relatar os procedimentos dentro do prazo legal.	Parcial	Na Delemig foram relatados 24 Sindicâncias entre Naturalização e Permanência, houve uma certa diminuição por conta do baixo efetivo e devido aos acordos vigentes.
36/2013	Instaurar, instruir e relatar inquéritos de expulsão mediante autorização do Ministério da Justiça.	Apurar ilícitos de estrangeiros que, nos termos da lei nº 6.815/80 (Estatuto do estrangeiro), sejam inconvenientes aos interesses nacionais.	DELEMIG	Atualizar informações em tabela própria quanto a estrangeiros condenados pelo Judiciário no Acre, solicitar autorização do MJ para instaurar IPE's, solicitar portaria de	Sim	A tabela de condenados no Estado do Acre está devidamente atualizada. Foram instaurados IPEs e outros foram relatados. Não houve expulsões, salientando que devido ao regime semi-aberto de alguns presos, não

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
				expulsão e solicitar autorização para expulsão.		foi possível cumprir expulsões, por não cumprimento de penas e aos acordos vigentes
37/2013	Concluir o maior número de investigações em curso nestas DELEMAPH.	A DELEMAPH/SR/DPF/AC é a especializada com maior carga de cadernos apuratórios em curso, o que dificulta as investigações e a atuação proativa policial	DELEMAPH/SR/DPF/AC	Diligenciar para a conclusão das investigações em curso nesta DELEMAPH/DPF/AC posto que é a especializada com maior carga de inquéritos nesta SR/DPF/AC.	Sim	No segundo semestre de 2012 mais de 30% das investigações em curso nesta DELEMAPH/SR/DPF/AC foram finalizadas, com respectivos indiciamentos e relatórios.
38/2013	Reprimir a entrada, estada e circulação de estrangeiros irregulares.	Cumprimento da legislação.	DELEMIG, DPF/EPA E DPF/CZS	Fiscalizar hotéis, imobiliárias, escolas, cursinhos, universidades, faculdades e hospitais; realizar barreiras policiais fixas e móveis nas principais vias de acesso à Capital.	Não	Na DELEMIG, o trabalho de fiscalização foi intensificado na circunscrição desta SR/DPF/AC. Vários alienígenas foram autuados porém não foi possível cumprir as notificações devidos a vários tipos de acordos. Todos os hotéis (OPERAÇÃO BLADE RUNNER) de Rio Branco, Plácido de Castro, Acrelândia, Sena Madureira e Boca do Acre/AM foram fiscalizados.
39/2013	Reprimir o trabalho irregular (formal e informal) de estrangeiros.	Resguardar o trabalhador brasileiro	DELEMIG, DPF/EPA E DPF/CZS	Fiscalizar os hospitais, clínicas, lojas, escolas e camelôs em todo o Estado.	Sim	Na delemig foram feitas fiscalizações em vários pontos de trabalho formal e informal, tendo atingido a meta na maioria das vezes autuando o trabalhador clandestino a empresa e o vendedor ambulante.
40/2013	Apurar denúncias e coibir ocorrências fraudulentas em processos de	Evitar a regularização de estrangeiros por meios fraudulentos.	DELEMIG	Investigar toda e qualquer suspeita de irregularidade.	Sim	Todos as investigações pertinentes a esta meta foram realizadas pelo núcleo de

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
	naturalização, permanência, prorrogação e transformação de vistos e emissão de passaportes.					operações, salientando que em 2013 houve uma certa dificuldade por conta do baixo efetivo que na maioria das vezes não se encontravam nesta delegacia.
41/2013	Fiscalização nos municípios sob circunscrição da DELEMIG / SR / AC (Operação Blade Runner – Continuação Fase 3: demais municípios).	Zelar pelo cumprimento da legislação pertinente ao estrangeiro, tanto por este, quanto pelas autoridades locais.	DELEMIG	Realizar diligências de fiscalização periodicamente nos referidos municípios.	Sim	Meta atingida pela equipe do núcleo de operações, salientando que a operação foi estendida para os municípios de Acrelândia, Bujari, Porto Acre, Senador Guionard, Capixaba, Boca do Acre, fiscalizando sempre os hotéis e as empresas destes municípios, protegendo o direito do trabalhador brasileiro.
42/2013	Fiscalização e deportação imediata de estrangeiros irregulares (bolivianos e peruanos) no município de Rio Branco (Operação Coruja)	Reduzir o trânsito de estrangeiros irregulares, notadamente de vendedores ambulantes	DELEMIG	Fiscalização e deportação imediata de estrangeiros irregulares.	Sim	Atividades realizadas com sucesso pelo núcleo de operações desta delegacia, sendo que o número de estrangeiros irregulares diminuiu, devido há vários acordos vigentes com parte do MERCOSUL.
43/2013	Fiscalização de estrangeiros em trânsito pelos municípios acreanos (Operação Sarapó)	Zelar pelo cumprimento da legislação pertinente ao estrangeiro	DELEMIG	Fiscalização e deportação imediata de estrangeiros irregulares	Sim	Foram realizadas barreiras policiais em estradas circunvizinhas à capital, tendo atingido o objetivo pedagógico e preventivo, sendo notado a diminuição em Auto de infração em decorrência do Acordo MERCOSUL.
44/2013	Realização de diversas barreiras policiais ao longo do ano de 2013.	Prevenção/repressão às atividades criminosas na região.	DPF/EPA/AC		Não	
45/2013	Dotar a Superintendência Regional e suas delegacias	Necessita de atuação uniforme e presente dos órgãos de	NIP/SR/AC	Planejamento, Coordenação e Execução	Não	

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
	descentralizadas, de pessoal qualificado para atividade de inteligência.	inteligência por todo o Estado do Acre.		das ações de inteligência com o objetivo de proporcionar meios adequados as descentralizadas na obtenção de resultados na área de inteligência.		
46/2013	Prover as Delegacias Especializadas e Descentralizadas com conhecimento de caráter estratégico e operacional.	Subsidiar os centros de decisões da Regional/DPF/AC.	NIP/SR/AC	Planejamento, Coordenação e Execução.	Não	
47/2013	Estabelecer ações de controle de aeronaves e embarcações na área circunscricional da Regional/DPF/AC.	Embarcações e aeronaves são constantemente utilizadas no transporte de entorpecentes e no tráfico de animais silvestres, havendo necessidade de fiscalizar e controlar estes meios de transportes, como forma de melhor reprimir tais delitos.	NIP/SR/AC	Planejamento Coordenação Execução.	Não	
48/2013	Planejar, coordenar e executar operações de inteligência na circunscrição da Superintendência Regional DPF/AC.	Subsidiar os centros de decisões da Regional/DPF/AC, e suas Especializadas e Descentralizadas, com informações que possibilitem uma efetiva repressão aos crimes de competência do Departamento de Polícia Federal.	NIP/SR/AC	Planejar, coordenar, executar e desenvolver atividades de inteligência visando alcançar os objetivos estabelecidos.	Não	
49/2013	Substituir todos os computadores que não estejam mais em condições de realizar as atividades de forma satisfatória.	Obsolescência dos equipamentos.	NTI/SR/AC	Efetuar a troca mediante licitação de novos computadores	Parcial	Cerca de 40% das máquinas foram trocadas.
50/2013	Garantir a segurança dos	Para atuar no aeroporto	DELEMIG-AC	Coordenar e executar	Sim	Meta atingida! Foram

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
	viajantes em circulação nesta época.	internacional de Rio Branco (Plácido de Castro), tendo em vista o aumento do fluxo de passageiros em virtude da copa das confederações.		operações de fiscalização aeroportuária, em virtude da copa das confederações.		executadas varias operações para garantir a segurança dos viajantes que passaram pelo Estado do Acre via terrestre ou Aérea.
51/2013	Fazer fiscalização para garantir segurança e proteção aos passageiros e turistas que estarão participando desse encontro (Jornada Mundial Juventude).	Esse evento acontecerá de 23 à 28 de julho deste ano e para um melhor andamento, será feito uma operação de segurança no aeroporto internacional de Rio Branco (Plácido de Castro) e nas fronteiras com o Estado, como meio de prevenção, uma vez que terá um aumento do fluxo de passageiros para este evento.	DELEMIG-AC	Planejar e executar operações de fiscalização aeroportuária no aeroporto de Rio Branco (Plácido de Castro) e nas Fronteiras com o Estado.	Sim	A fiscalização ocorreu de forma eficaz, garantindo a segurança e proteção aos turistas que passaram pelo estado.

2.4 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO.

2.4.1 ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE OPERACIONAL (IPO) 2013:

QUADRO A.2.4.1.1 – UNIDADES OPERACIONAIS ORDENADAS EM ORDEM DECRESCENTE DO VALOR DO IPO.

Unidade	IPO
RR	4,077
MS	3,874
PR	3,869
SP	3,809
AP	3,392
AM	3,304
AL	3,162
MT	2,983
PA	2,700
AC	2,665
MG	2,628
TO	2,591
RS	2,567
RO	2,448
DF	2,434
RN	2,200
PI	2,120
MA	2,002
SC	2,000
BA	1,992
GO	1,922
PB	1,884
SE	1,866
PE	1,764
CE	1,692
RJ	1,654
ES	1,527

UNIDADES ORDENADAS EM FUNÇÃO DOS VALORES OBTIDOS COM AS ATIVIDADES OPERACIONAIS, FATORES GEOGRÁFICOS E ATIVIDADES OPERACIONAIS.

QUADRO A.2.4.1.2 – ATIVIDADES OPERACIONAIS.

Unidade	Valor
RR	3,660
MS	3,496
PR	3,393
AP	3,106
AL	2,808
SP	2,499
MT	2,465
AC	2,280
TO	2,210
PA	2,164
AM	2,162
RO	2,136
RS	2,047
MG	2,030
DF	1,998
RN	1,910
PI	1,815
MA	1,641
PB	1,617
SE	1,589
SC	1,443
BA	1,403
PE	1,329
CE	1,327
GO	1,284
ES	1,099
RJ	1,091

QUADRO A.2.4.1.3 – FATORES GEOGRÁFICOS.

Unidade	Valor
AM	0,849
RR	0,351
PA	0,305
AC	0,199
MT	0,193
TO	0,193
BA	0,187
AP	0,177
RO	0,171
MA	0,158
PI	0,158
MG	0,157
GO	0,145
MS	0,116
PE	0,116
RS	0,112
AL	0,110
SC	0,101
PB	0,090
CE	0,076
PR	0,070
SE	0,066
RN	0,065
SP	0,064
DF	0,055
ES	0,053
RJ	0,039

QUADRO A.2.4.1.4 – ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.

Unidade	Valor
SP	1,245
RJ	0,524
GO	0,493
SC	0,456
MG	0,441
RS	0,408
PR	0,406
BA	0,402
DF	0,381
ES	0,375
MT	0,325
PE	0,320
AM	0,294
CE	0,289
MS	0,262
AL	0,244
PA	0,231
RN	0,225
SE	0,211
MA	0,203
TO	0,188
AC	0,187
PB	0,177
PI	0,147
RO	0,141
AP	0,110
RR	0,067

O valor do IPO de uma unidade é a soma dos valores correspondentes nas tabelas 2, 3 e 4.

QUADRO A.2.4.1.5 – VARIÁVEIS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DO IPO AGRUPADAS EM GRUPOS TEMÁTICOS.

Grupo temático/Variável

Atividades operacionais
Inquéritos relatados
Operações especiais de polícia judiciária
Prisão e mandado de condução coercitiva
Mandados de busca e apreensão
Prisão em flagrantes
Indiciamentos realizados
Quantidade de maconha apreendida
Quantidade de cocaína apreendida
Valor de bens apreendidos/sequestrados
Prejuízos evitados para a União
Perícias realizadas
Características Geográficas
Área da unidade da federação
Quantidade de municípios
Quantidade de zonas eleitorais
Quantidade de unidades de conservação
Extensão de fronteiras
População Indígena
Área de reservas indígenas
Atividades Não Operacionais
Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC)
Quantidade de passaportes emitidos
Quantidade de passageiros em aeroportos
Quantidade de vitorias em embarcações de cabotagem
Quantidade de vitorias em embarcações de longo curso
Estrangeiros domiciliados na circunscrição
Quantidade de agências bancárias
Quantidade de empresas de vigilantes
Quantidade de empresas de produtos químicos

QUADRO A.2.4.1.6 - DADOS OPERACIONAIS DAS UNIDADES DO DPF E EFETIVOS POLICIAIS E ADMINISTRATIVOS.

Estado	IPL relatado	Operações policiais	Prisões e conduções coercitivas	Mandados de busca e apreensão	Flagrantes	Indiciados	Maconha	Cocaína	Valor dos bens apreendidos	Prejuízos evitados a união	Perícias realizadas
AC	702	5	86	59	142	590	13,143	1.351,744			520
AL	692	7	60	111	44	740	74,678	58,058			495
AM	951	6	61	137	107	795	143,275	1.882,610			723
AP	471	12	41	76	20	370	0,000	44,706			196
BA	2.292	12	32	102	113	1.229	1.689,439	545,923			1.209
CE	1.463	10	20	180	126	1.088	1.143,388	1.091,369			1.405
DF	1.357	7	58	154	93	1.142	3.036,415	312,976			2.819
ES	1.308	8	17	39	58	827	146,709	460,001			776
GO	1.451	3	30	35	138	1.015	5.517,705	226,561			1.130
MA	1.158	7	61	99	76	756	0,001	124,000			401
MG	4.752	16	240	297	327	4.046	4.462,973	2.219,308			3.124
MS	1.865	7	40	127	683	2.448	89.027,930	6.385,170			2.881
MT	1.677	9	97	127	185	1.533	2.967,333	4.855,224			1.107
PA	1.594	13	166	192	77	1.093	0,000	884,606			738
PB	1.396	12	25	136	47	759	43,498	199,484			660
PE	1.609	9	56	50	128	989	3.078,446	293,355			954
PI	1.131	6	45	51	35	897	36,801	75,002			466
PR	5.604	19	329	404	1.357	4.653	76.709,800	1.877,349			6.388
RJ	5.508	19	161	251	337	2.998	3.804,119	601,048			2.232
RN	1.911	7	93	124	72	878	709,119	258,422			533
RO	1.189	4	73	58	229	1.031	4,572	947,249			1.137
RR	629	7	109	102	180	461	10,283	31,641			567
RS	4.236	27	170	263	412	3.749	1.986,379	1.038,531			2.622
SC	3.070	7	61	71	196	2.916	1.305,306	436,267			1.504
SE	809	1	15	16	69	1.097	5.887,841	577,838			453
SP	16.102	52	311	637	986	7.429	24.157,673	10.349,727			8.916
TO	908	3	59	60	24	566	58,002	307,453			221

OBS:

1. Os valores de efetivo policial e administrativo foram fornecidos pelo CRH e reflete a situação em janeiro de 2014.
2. Os dados de operações especiais de Polícia Judiciária, atualizados até 31/12/2013.
3. Os dados de apreensão de maconha e cocaína, aferidos pela CGPRE/DICOR, atualizados até 31/12/2013.

4. Os dados sobre IPL relatados e inquéritos motivados por flagrantes foram consultados nos SISTEMAS CORPORATIVOS DO DPF no dia 07/08/2013.
5. Os dados sobre INDICIADOS foram fornecidos pela CGTI, em 06/01/2014, atualizados até 31/12/2013.
6. Os valores apreendidos e prejuízos evitados á União não foram considerados nesse índice.
7. Os dados sobre Perícias foram fornecidos pela DITEC, em 04/02/2014, atualizados até 31/12/2013.

QUADRO A.2.4.1.7 – DADOS GEOGRÁFICOS E EFETIVOS POLICIAIS E ADMINISTRATIVOS.

Estado	Área	Quantidade de municípios	Quantidade de zonas eleitorais	Quantidade de unidades de conservação	Extensão da Fronteira	População indígena	Área de reservas indígenas
AC	164.123	22	10	12	1.816	17.578	30.721
AL	27.779	102	55	10	0	16.291	130
AM	1.559.159	62	70	45	3.174	183.514	527.783
AP	142.829	16	13	11	624	7.411	41.965
BA	564.733	417	205	48	0	60.120	2.345
CE	148.920	184	123	18	0	20.697	114
DF	69.556	34	40	28	0	6.128	0
ES	46.096	78	59	11	0	9.585	76
GO	276.336	213	112	43	0	8.533	405
MA	331.937	217	111	10	0	38.831	19.057
MG	586.522	853	351	58	0	31.677	670
MS	357.146	79	54	6	1.480	77.025	6.781
MT	903.366	141	60	14	881	51.696	18.849
PA	1.247.955	143	104	37	857	51.217	305.724
PB	56.470	223	77	10	0	25.043	338
PE	98.148	185	151	13	0	60.995	1.181
PI	251.578	223	98	16	0	2.944	0
PR	199.308	399	206	15	498	26.559	944
RJ	43.780	92	253	46	0	15.894	24
RN	52.811	167	69	5	0	2.597	0
RO	237.591	52	35	15	1.454	13.076	62.526
RR	224.301	15	8	8	1.922	55.922	104.018
RS	281.730	496	173	27	1.741	34.001	1.088
SC	95.736	293	105	32	237	18.213	562
SE	21.915	75	36	4	0	5.221	43
SP	248.223	645	425	42	0	41.981	171
TO	277.721	139	35	7	0	14.118	25.521

OBS:

- Os dados geométricos são os utilizados no IPO de 2012.

QUADRO A.2.4.1.8 – DADOS DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E EFETIVOS POLICIAIS E ADMINISTRATIVOS.

Estado	SINIC	Passaportes	Movimento Aeroporto	Movimento embarcações de cabotagem	Movimento embarcações de longo curso	Estrangeiros	Número de agências bancárias	Número de empresas de vigilância	Numero de empresas de produtos químicos
AC	11.854	3.356	280.680			1.754	58	14	29
AL	1.168	11.355	1.388.920			2.332	201	64	75
AM	2.746	24.106	2.256.079			13.128	181	81	189
AP	2.107	5.148	456.544			1.093	46	14	7
BA	3.135	65.230	6.310.802			23.804	731	200	468
CE	2.210	41.283	7.391.791			12.417	578	116	288
DF	10.440	83.247	4.414.137			14.865	431	97	105
ES	4.509	39.750	8.106.711			8.451	436	56	190
GO	8.167	53.629	2.518.710			9.126	712	132	817
MA	3.931	17.682	2.149.667			3.161	368	39	87
MG	15.912	185.241	1.332.365			30.114	2.123	200	1.305
MS	31.609	16.178	1.123.047			11.604	280	53	154
MT	21.646	20.777	2.202.585			4.709	304	50	227
PA	5.764	28.192	2.528.729			9.685	427	111	180
PB	2.521	17.761	902.737			3.290	196	52	337
PE	3.298	55.009	5.054.399			10.789	612	142	92
PI	2.391	8.457	802.219			1.002	166	42	47
PR	19.793	134.720	4.859.465			51.205	1.737	247	1.234
RJ	9.860	284.473	19.463.121			233.056	2.843	245	964
RN	7.566	18.958	1.777.878			7.117	202	50	76
RO	4.905	10.461	672.070			4.656	122	28	81
RR	1.502	6.220	260.369			1.330	38	5	5
RS	5.507	126.021	5.836.362			45.488	1.650	272	1.078
SC	3.999	96.311	2.883.374			23.922	1.062	171	883
SE	3.545	10.292	980.274			1.547	191	27	60
SP	27.288	761.525	22.884.327			565.713	8.231	1.255	6.636
TO	5.148	5.730	423.335			800	114	12	37

OBS:

1. Os dados inseridos no SINIC, fornecido pelo INC, dados atualizados até 31/12/2013.
2. Os dados de passaporte fornecido pelo SINPA, dados atualizados até 31/12/2013.

3. Os dados de movimento de aeroporto obtidos no site da Infraero, dados atualizados até 30/06/2013.
4. Os dados de número de agência, empresas de vigilância, atualizados até 31/12/2013, e de produtos químicos são os utilizados no IPO de 2012.
5. Os dados de números de estrangeiros atualizados em 31/12/2013.
6. Os dados de embarcações de capotagem e de longo curso não foram considerados nesse índice.

QUADRO A.2.4.1.9 - PRODUTIVIDADES NORMALIZADAS.

UF	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
AC	0,026	0,033	0,065	0,030	0,055	0,028	0,000	0,085	0,000	0,000	0,029	0,031	0,008	0,007	0,039	0,167	0,032	0,034	0,105	0,005	0,007	0,000	0,000	0,007	0,008	0,010	0,006
AL	0,035	0,064	0,062	0,078	0,023	0,049	0,001	0,005	0,000	0,000	0,038	0,006	0,047	0,049	0,039	0,000	0,035	0,000	0,012	0,021	0,040	0,000	0,000	0,012	0,032	0,058	0,020
AM	0,028	0,032	0,037	0,057	0,034	0,031	0,001	0,097	0,000	0,000	0,032	0,230	0,019	0,041	0,114	0,231	0,260	0,464	0,019	0,030	0,042	0,000	0,000	0,044	0,019	0,048	0,033
AP	0,029	0,134	0,052	0,066	0,013	0,030	0,000	0,005	0,000	0,000	0,018	0,039	0,009	0,014	0,051	0,083	0,019	0,068	0,027	0,012	0,016	0,000	0,000	0,007	0,009	0,015	0,002
BA	0,039	0,037	0,011	0,024	0,020	0,027	0,010	0,016	0,000	0,000	0,031	0,046	0,069	0,067	0,068	0,000	0,047	0,001	0,012	0,045	0,066	0,000	0,000	0,044	0,043	0,066	0,046
CE	0,023	0,028	0,006	0,039	0,021	0,022	0,006	0,029	0,000	0,000	0,033	0,012	0,030	0,039	0,025	0,000	0,016	0,000	0,008	0,028	0,075	0,000	0,000	0,023	0,033	0,037	0,027
DF	0,031	0,029	0,027	0,049	0,022	0,034	0,024	0,012	0,000	0,000	0,096	0,007	0,007	0,017	0,050	0,000	0,006	0,000	0,052	0,073	0,059	0,000	0,000	0,035	0,032	0,041	0,013
ES	0,031	0,034	0,008	0,013	0,014	0,025	0,001	0,019	0,000	0,000	0,027	0,005	0,019	0,028	0,022	0,000	0,011	0,000	0,025	0,040	0,122	0,000	0,000	0,023	0,037	0,027	0,027
GO	0,035	0,013	0,015	0,012	0,035	0,032	0,047	0,009	0,000	0,000	0,041	0,032	0,051	0,052	0,086	0,000	0,010	0,000	0,045	0,053	0,037	0,000	0,000	0,024	0,060	0,062	0,114
MA	0,032	0,035	0,035	0,039	0,022	0,028	0,000	0,006	0,000	0,000	0,017	0,045	0,059	0,060	0,023	0,000	0,050	0,015	0,025	0,020	0,037	0,000	0,000	0,010	0,036	0,021	0,014
MG	0,043	0,026	0,045	0,038	0,031	0,048	0,014	0,035	0,000	0,000	0,043	0,029	0,087	0,070	0,050	0,000	0,015	0,000	0,038	0,078	0,008	0,000	0,000	0,034	0,076	0,040	0,078
MS	0,029	0,019	0,013	0,027	0,111	0,049	0,475	0,169	0,000	0,000	0,067	0,028	0,013	0,017	0,008	0,058	0,059	0,003	0,119	0,011	0,011	0,000	0,000	0,021	0,016	0,017	0,015
MT	0,036	0,035	0,043	0,038	0,042	0,043	0,022	0,181	0,000	0,000	0,036	0,103	0,033	0,027	0,027	0,050	0,057	0,013	0,117	0,020	0,032	0,000	0,000	0,012	0,025	0,023	0,031
PA	0,030	0,045	0,065	0,051	0,016	0,027	0,000	0,029	0,000	0,000	0,021	0,114	0,027	0,038	0,058	0,039	0,045	0,167	0,025	0,022	0,029	0,000	0,000	0,020	0,028	0,041	0,020
PB	0,034	0,052	0,012	0,046	0,012	0,024	0,000	0,008	0,000	0,000	0,024	0,007	0,053	0,036	0,020	0,000	0,028	0,000	0,014	0,018	0,013	0,000	0,000	0,009	0,016	0,024	0,047
PE	0,031	0,031	0,022	0,013	0,026	0,025	0,021	0,010	0,000	0,000	0,028	0,010	0,037	0,059	0,022	0,000	0,057	0,001	0,015	0,045	0,063	0,000	0,000	0,024	0,043	0,056	0,011
PI	0,046	0,044	0,038	0,029	0,015	0,048	0,001	0,005	0,000	0,000	0,029	0,045	0,082	0,070	0,050	0,000	0,005	0,000	0,021	0,013	0,018	0,000	0,000	0,004	0,021	0,030	0,010
PR	0,044	0,027	0,053	0,044	0,112	0,048	0,209	0,025	0,000	0,000	0,075	0,009	0,035	0,035	0,011	0,011	0,011	0,000	0,040	0,049	0,027	0,000	0,000	0,050	0,054	0,043	0,063
RJ	0,031	0,019	0,019	0,020	0,020	0,022	0,007	0,006	0,000	0,000	0,019	0,001	0,005	0,029	0,022	0,000	0,004	0,000	0,013	0,068	0,070	0,000	0,000	0,150	0,058	0,028	0,032
RN	0,049	0,033	0,049	0,045	0,020	0,030	0,006	0,011	0,000	0,000	0,021	0,007	0,045	0,037	0,012	0,000	0,003	0,000	0,048	0,021	0,030	0,000	0,000	0,022	0,019	0,027	0,012
RO	0,035	0,021	0,044	0,024	0,071	0,040	0,000	0,048	0,000	0,000	0,051	0,033	0,015	0,019	0,036	0,100	0,018	0,052	0,033	0,012	0,012	0,000	0,000	0,015	0,012	0,016	0,013
RR	0,031	0,062	0,110	0,070	0,093	0,029	0,000	0,003	0,000	0,000	0,042	0,050	0,007	0,007	0,031	0,210	0,119	0,138	0,016	0,012	0,007	0,000	0,000	0,007	0,006	0,004	0,001
RS	0,039	0,045	0,032	0,034	0,040	0,045	0,006	0,017	0,000	0,000	0,036	0,014	0,049	0,034	0,023	0,042	0,016	0,000	0,013	0,052	0,036	0,000	0,000	0,051	0,058	0,053	0,063
SC	0,047	0,019	0,019	0,015	0,032	0,058	0,007	0,011	0,000	0,000	0,035	0,008	0,049	0,035	0,046	0,010	0,015	0,000	0,016	0,067	0,030	0,000	0,000	0,045	0,063	0,057	0,087
SE	0,040	0,009	0,015	0,011	0,036	0,071	0,102	0,049	0,000	0,000	0,034	0,005	0,037	0,035	0,017	0,000	0,012	0,000	0,041	0,021	0,030	0,000	0,000	0,000	0,033	0,026	0,017
SP	0,072	0,042	0,028	0,040	0,046	0,043	0,037	0,079	0,000	0,000	0,060	0,006	0,031	0,040	0,017	0,000	0,010	0,000	0,031	0,151	0,068	0,000	0,000	0,303	0,139	0,118	0,186
TO	0,053	0,032	0,071	0,049	0,015	0,043	0,001	0,031	0,000	0,000	0,019	0,077	0,079	0,039	0,034	0,000	0,038	0,042	0,068	0,013	0,015	0,000	0,000	0,005	0,023	0,013	0,012

Legenda :

- | | | |
|---|---|--------------------------------------|
| 3. Inquéritos policiais relatados; | 7. Prisão em flagrantes; | 12. Prejuízos evitados para a União; |
| 4. Operações especiais de polícia judiciária; | 8. Indiciamentos; | 13. Perícias realizadas; |
| 5. Prisões e conduções coercitivas; | 9. Quantidade de maconha; | 14. Área da unidade da federação; |
| 6. Mandados de busca e apreensão; | 10. Quantidade de cocaína; | 15. Quantidade de municípios; |
| | 11. Valor de bens apreendidos/seqüestrados; | 16. Quantidade de zonas eleitorais; |

17. Quantidade de unidades de conservação;
18. Extensão de fronteiras;
19. População Indígena;
20. Área de reservas indígenas;
21. Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC);
22. Quantidade de passaportes emitidos;
23. Quantidade de passageiros em aeroportos;
24. Quantidade de vistorias em embarcações de cabotagem;
25. Quantidade de vistorias em embarcações de longo curso;
26. Estrangeiros domiciliados na circunscrição;
27. Quantidade de agências bancárias;
28. Quantidade de empresas de vigilantes; e
29. Quantidade de empresas de produtos químicos.

QUADRO A.2.4.1.10 – PESOS ATRIBUÍDOS AS VARIÁVEIS NO CÁLCULO DO IPO.

Grupo temático/Variável	Pesos	
	Grupo	Variável
Atividades operacionais		
Inquéritos relatados	0,7	0.06
Operações especiais de polícia judiciária		0.16
Prisão e conduções coercitivas		0.14
Mandados de busca e apreensão		0.14
Prisão em flagrantes		0.12
Indiciamentos		0.06
Quantidade de maconha		0.03
Quantidade de cocaína		0.03
Valor de bens apreendidos/seqüestrados		0.10
Prejuízos evitados para a União		0.10
Perícias realizadas		0.06
Características Geográficas		
Área da unidade da federação	0,1	0.0625
Quantidade de municípios		0.0625
Quantidade de zonas eleitorais		0.0625
Quantidade de unidades de conservação		0.0625
Extensão de fronteiras		0.0625
População Indígena		0.0625
Área de reservas indígenas		0.0625
Atividades Não Operacionais		
Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC)	0,2	0.0625
Quantidade de passaportes emitidos		0.0625
Quantidade de passageiros em aeroportos		0.0626
Quantidade de vistorias em embarcações de cabotagem		0.0625
Quantidade de vistorias em embarcações de longo curso		0.0625
Estrangeiros domiciliados na circunscrição		0.0625
Quantidade de agências bancárias		0.0625
Quantidade de empresas de vigilantes		0.0625
Quantidade de empresas de produtos químicos		0.0625

Obs. 1 Define-se índice de produtividade como uma relação entre os resultados alcançados, frente aos recursos necessários a obtê-los em determinado processo.

Obs. 2 O índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – de uma unidade é a média aritmética de indicadores de produtividade ponderados por dois pesos: o primeiro pertence ao grupo temático do indicador e o segundo relaciona-se a complexidade da atividade em relação ao outro grupo.

Obs. 3 No cálculo o Índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – aplica-se a equação abaixo:

$$IPO = 100 \times \sum_{g=1}^3 p_g \times \left(\sum_{v=1}^{ng} (p_{vg} \times IP_{vg}^g) \right)$$

Onde:

1. p_g é o peso do grupo temático g;
2. p_{vg} é o peso da variável v do grupo temático g;

3. n_g é o número de variáveis no grupo temático g; e

4. IP_{VR}^g é o valor do índice de produtividade do grupo temático g.

• Detalhes da construção da equação, vide memorando nº 096/2013-DICOR/DPF de 22.03.2012 e memorando circular nº 10/2013-DICOR/DPF de 29.04.2012.

Obs.4 Com escopo de uniformizar a reunião de dados para o Índice de Produtividade Operacional – I.P.O, considera-se Operação Especial de Polícia Judiciária: “toda operação policial que encerre ou tenha possibilidade de encerrar uma ou mais das seguintes características: aplicação de conhecimentos especializados; aplicação de recursos ou meios técnicos especializados ou controlados; aplicação de recursos financeiros de natureza especial; mobilização de mais de 10 (dez) policiais durante a investigação, deflagração ou análise de material apreendido; ações conjuntas com outros órgãos; apoio logístico de mais de uma unidade da Polícia Federal ou órgão externo da Polícia Federal; ocorrência ou possibilidade de repercussão regional ou nacional em razão da importância dos alvos; magnitude das ações ou potencial lesivo da conduta dos indiciados; ações em mais de uma cidade; duração superior a trinta dias; implicação de quadrilha, bando ou organização criminosa ou necessidade de acompanhamento ou coordenação de parte da Unidade Central” artigo 10 da Portaria nº 709/08-DG/DPF, complementado pelo memorando circular nº 12/2013-DICOR/DPF de 03.06.2013.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

No tocante a execução dos trabalhos de controladoria, existe no âmbito desta UJ servidor designado para acompanhar a movimentação financeira diária da gestão via SIAFI.

Quanto às atividades de cunho operacional e administrativos que não envolvam recursos orçamentários e financeiros, quem faz tal acompanhamento é a Corregedoria.

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica:					
Questionário respondido pelo atual gestor da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre, empossado na função em 07/02/2014, com base no conhecimento que atualmente está adquirindo com relação a citada unidade da Polícia Federal.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					

- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO

Correições, segundo o regimento interno, cabe à Corregedoria receber notícias ou representações sobre faltas cometidas por servidores em exercício no DPF; controlar, fiscalizar e avaliar os trabalhos das Comissões de Disciplina; coletar dados estatísticos das atividades de polícia judiciária e disciplinar; apurar as irregularidades e infrações cometidas por servidores do DPF, dentre outras que lhe sejam designadas.

A estrutura regional da Polícia Federal na área correicional é composta pelo Corregedor Regional que é auxiliado pelos chefes do núcleo disciplinar e pelo chefe do núcleo correicional. O chefe do núcleo disciplinar atua na análise de procedimentos na seara disciplinar. O chefe do núcleo de correições analisa os inquéritos em andamento, além de manifestar acerca de atribuição do órgão. No interior do Estado o chefe da delegacia concentra tais funções.

São diversos os normativos que tratam da matéria, sendo que as atribuições de cada cargo estão previstas na Portaria nº 2.877/MJ, de 30.12.2011, publicada no DOU nº. 001, de 02.01.2012 e IN 013/2005-DG/DPF e o detalhamento das atividades está prevista nas Instruções Normativas nº 001/2001-DG/DPF e 076/2013-DG/DPF.

A designação formal de coordenador do CGU/PAD, segundo o disposto no art. 3º da Instrução Normativa 32/2010-DG/DPF, o Coordenador-Adjunto da Superintendência Regional é o próprio Superintendente Regional e o Administrador Principal o Corregedor Regional, que indica e autoriza a disponibilização do sistema aos operadores mediante análise dos sistemas disponíveis, em regra, escrivães de Polícia Federal que atuam auxiliando o corregedor, chefe do Nudis e chefe de delegacia do interior. Entretanto, a inclusão de novo usuário no sistema é feito pela Corregedoria Geral em Brasília/DF.

O administrador principal é o próprio Corregedor Regional, segundo a instrução normativa nº 32/2010-SR/DPF/AC.

QUADRO A.3.3.1 - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES INSTAURADOS
(01 procedimentos)

	Tipo procedimento	Numeração	Protocolo	Fase/decisão
01	PAD	Nº 001/2013-SR/DPF/AC	082200002199201351	Em andamento

QUADRO A.3.3.2 - SINDICÂNCIAS INVESTIGATIVAS INSTAURADAS
(08 procedimentos)

	Tipo procedimento	Numeração	Protocolo	Fase/decisão
01	Sindicância investigativa	Nº 001/2013-DPF/CZS/AC	08797001667/2013-45	Julgada
02	Sindicância investigativa	Nº 001/2014-DPF/CZS/AC*	08797005109/2013-59	Aguarda julgamento
03	Sindicância investigativa	Nº 003/2013-DPF/CZS/AC*	08797005388/2013-51	Aguarda Julgamento
04	Sindicância investigativa	Nº 001/2013- SR/DPF/AC	08220002314/2013-97	Julgada

05	Sindicância investigativa	Nº 002/2013- SR/DPF/AC	08220008574/2013-76	Julgada
06	Sindicância investigativa	Nº 003/2013- SR/DPF/AC	08220015331/2013-94	Julgada
07	Sindicância investigativa	Nº 004/2013- SR/DPF/AC	08220019450/2013-16	Em andamento
08	Sindicância investigativa	Nº 005/2013-SR/DPF/AC	08220019589/2013-60	Em andamento

* **Sindicâncias instauradas em 2013 lançadas no CGU/PAD, mas extemporaneamente lançadas no SAD/DPF, razão pela qual possuem ano divergente da data da instauração.**

Obs 1: não houve instauração de Sindicância Acusatória.

Obs 2: dados extraídos do Sistema de Acompanhamento Disciplinar (SAD/DPF-CTI)

Obs 3: os dados referem-se às três unidades do DPF no Estado.

QUADRO A.3.3.3 – INFORMAÇÕES SOBRE RESULTADOS ALCANÇADOS – POLÍCIA JUDICIÁRIA

Ordem	Indicador	Data	Instaurados	Relatados	Indiciados	Índice	Meta	% da Meta	2012
1	Conclusão SR/DPF/AC	31.12.2013	495	398	322	80%	>100%	-20%	103%
2	Conclusão DPF/CZS/AC	31.12.2013	207	177	169	85%	>100%	-15%	103%
3	Conclusão DPF/EPA/AC	31.12.2013	124	124	157	100%	>100%	100%	78%

*Fórmula de cálculo do índice: Metodologia: relação percentual entre o número de inquéritos concluídos/relatados em todas as unidades do DPF no Estado do Acre no exercício de 2012 dividido pelo total de inquéritos relatados nestas unidades no mesmo ano. Fonte: SISCART

3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA 1043/07 – CGU

A Corregedoria desta UJ cumpre regularmente o disposto na Portaria nº 1.043/2007 sendo lançados todos os procedimentos disciplinares em andamento no sistema CGU-PAD.

QUADRO A.3.4.1 – PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES SR/DPF/AC E UNIDADES DESCENTRALIZADAS

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES – SR/AC e UNIDADES DESCENTRALIZADAS		
PROCEDIMENTO	2013	2012
Sindicâncias Investigativas	07	10
Sindicâncias Acusatórias	00	00
Processo Disciplinar	01	04
TOTAL	08	14

QUADRO A.3.4.2 – PROCEDIMENTOS CORREIÇIONADOS SR/DPF/AC E UNIDADES DESCENTRALIZADAS

PROCEDIMENTOS CORREIÇIONADOS – SR/AC UNIDADES DESCENTRALIZADAS		
PROCEDIMENTO	2013	2012
SR/DPF/AC	211	257
DPF/CZS/AC	Todos em cartório	Todos em cartório
DPF/EPA/AC	Todos em cartório	Todos em cartório

QUADRO A.3.4.3 – RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS SR/DPF/AC E UNIDADES DESCENTRALIZADAS

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Superintendência Regional do Acre	
Período:	01/01/2013 a 31/12/2013
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	1
Total de Sindicâncias	8
Total de Procedimentos	9

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
08220002199201351	01/11/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08220002314201397	19/02/2013	Sindicância
08220008574201376	17/05/2013	Sindicância
08220015331201394	04/10/2013	Sindicância
08220019450201316	20/12/2013	Sindicância
08220019589201380	20/12/2013	Sindicância
08797001667201345	24/04/2013	Sindicância
08797005109201359	29/11/2013	Sindicância
08797005388201351	27/12/2013	Sindicância

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

4.1 EXECUÇÃO DE DESPESAS

QUADRO A.4.1.1 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos			N/A			
Recebidos			N/A			
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos			N/A			
Recebidos			N/A			
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos		200380	06 122 2112 2000 0001			5.503.422,06
Recebidos		200380	06 181 2070 2726 0001			2.474.419.063,00
Recebidos		200380	06 183 2070 14WH 0101			245.534,69
Recebidos		200380	06 183 2070 7U23 0001			153.390,24
Recebidos		200380	06 301 2112 2004 0001			1.998,00
Recebidos		200380	06 3062 2112 2012 0001			6.107,64
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos		200380	06 122 2112 2000 0001	397.288,41		
Recebidos		200380	06 181 2070 20IC 0001	1.311.117,80		
Recebidos		200380	06 181 2070 20UE 0001	3.624.652,00		
Recebidos		200380	06 181 2070 2586 0001	121.115,60		
Recebidos			06 181 2070 2726 0001	572.517,05		

OBS: A classificação Institucional de todos os créditos recebidos pela UJ é 30108 -Ministério da Justiça - Departamento de Polícia Federal

FONTE: SIAFI GERENCIAL

QUADRO A.4.1.2 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	4.969.001,97	3.711.211,62	4.867.859,19	2.969.802,56
a) Convite				
b) Tomada de Preços	33.485,68	741.409,06	33.485,68	
c) Concorrência	617.097,70		617.097,70	
d) Pregão	4.318.418,59	2.969.802,56	4.217.275,81	2.969.802,56
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	1.159.223,35	1.039.269,69	1.130.021,67	1.039.269,69
h) Dispensa	1.137.087,45	1.005.156,35	1.107.885,77	1.005.156,35
i) Inexigibilidade	22.135,90	34.113,34	22.135,90	34.113,34
3. Regime de Execução Especial	283.436,26	134.684,64	283.436,26	134.684,64
j) Suprimento de Fundos	283.436,26	134.684,64	283.436,26	134.684,64
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.617.825,10	2.055.869,24	2.617.825,10	2.055.869,24
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	2.617.825,10	2.055.869,24	2.617.825,10	2.055.869,24
5. Outros	360.459,35	293.572,22	336.633,85	293.572,22
Não se Aplica	360.459,35	293.572,22	336.633,85	293.572,22
6. Total (1+2+3+4+5)	9.389.946,03	7.234.607,41	9.235.776,07	6.493.198,35

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/AC

QUADRO A.4.1.3 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								
<i>Nome 1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
3 – Outras Despesas Correntes								
339008	4.060,58		4.060,58				4.060,58	
339014	2.617.825,10	2.055.869,24	2.617.825,10	2.055.869,24			2.617.825,10	2.055.869,24
339030	457.712,80	589.819,00	407.033,91	468.462,49	50.678,89	121.356,51	407.033,91	468.462,49
339033	745.535,75	389.998,63	647.921,12	369.998,63	97.614,63	20.000,00	647.921,12	369.998,63
339036	289.649,39	213.385,72	264.210,50	202.696,09	25.438,89	10.689,63	264.210,50	202.696,09
339037	1.703.046,17	1.994.357,27	1.428.742,14	1.730.824,25	274.304,03	263.533,02	1.355.144,40	1.730.824,25
339039	2.237.320,93	212.041,60	1.779.357,90	1.378.503,53	457.963,03	392.108,07	1.722.611,18	1.378.503,53
339047	7.437,33	8.757,55	7.437,33	8.757,55			7.437,33	8.757,55
339092	109.734,26	34.049,65	109.734,26	34.049,65			91.034,98	34.049,65
339093	204.332,94	202.342,97	199.675,63	202.206,01	4.657,31	136,96	194.549,41	202.206,01
339139	6.000,00	24.499,92	2.742,17	2.442,42	3.257,83	22.057,50	2.742,17	2.442,42
339192	2.217,01		2.217,01				2.217,01	
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos								
449039	90.307,52				90.307,52			
449051	3.658.137,68	13.167.106,05	1.796.583,38	741.409,06	1.861.554,30	12.425.696,99	1.796.583,38	741.409,06
449052	2.298.245,66	148.256,00	122.405,00	55.564,00	2.175.840,66	92.692,00	122.405,00	55.564,00
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<i>OBS: os valores informados relativos a 2012 são a somatória das Despesas executadas nas duas UG's (200380 e 200381)</i>								
FONTE: SIAFI GERENCIAL								

QUADRO A.4.1.4 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012		N/A		
2011		N/A		
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 13.360.270,68	R\$ 13.055.530,74	R\$ 254.739,04	R\$ 50.000,90
2011				
2010	R\$ 8.514,85	R\$ 6.057,93	R\$ 2.456,92	R\$ 0,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

4.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS

QUADRO A.4.2.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			276	245.463,96	28	37.211,78	282.675,74
2012			122	109.390,00	25	43.844,55	153.234,55
2011			220	173.022,00	26	78.340,31	251.362,31

Fonte: SIAFI e NEOF/SR/DPF/AC

QUADRO A.4.2.2 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR (DISCRIMINAÇÃO SOMENTE NO REGIME DE PEQUENO VULTO) Valores em R\$ 1,00

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Código da UG 1	200380	Limite de Utilização da UG			
REGINA RODRIGUES CEZAR	112.914.782-72	7.000,00	1.230,00	461,95	1.691,95
Total Utilizado pela UG			1.230,00	461,95	1.691,95
Código da UG 2		Limite de Utilização da UG			

Total Utilizado pela UG			-	-
Total Utilizado pela UJ			1.230,00	461,95
				1.691,95

Fonte: SIAFI e NEOF/SR/DPF/AC

QUADRO A.4.2.3 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							25	282.675,74	18	153.234,55	20	251.362,31

Fonte: SIAFI e NEOF/SR/DPF/AC

4.3 ANÁLISE CRÍTICA

A execução da despesa realizada por meio de suprimento de fundos tem caráter excepcional. Tais montantes são aplicados, de forma criteriosa, no pagamento de despesas que exigem pronta quitação e que não podem esperar pelo procedimento ordinário de execução.

Vale destacar que grandes partes das atividades policiais, em especial, as operações, utilizam de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso, visto que ela permite a manutenção do sigilo na consecução das ações de inteligência nelas envolvida no que se refere a repressão ao tráfico de entorpecentes, armar e combate ao crime organizado, dentre outros.

Tal medida tem como foco zelar pela segurança de todos os envolvidos nos trabalhos, que sejam policiais, parceiros ou informantes.

Com relação ao quadro A.4.5.1, o aumento com as despesas com uso de Suprimento de Fundos no exercício de 2013, se deve a fatores específicos relacionados a cada tipo de SF, conforme IN nº 049/2011-DG/DPF, quais sejam:

- Suprimentos em caráter sigiloso – aumento das operações policiais de inteligência nas unidades; necessidade de manutenção de base de inteligência, de caráter temporário.
- Suprimento sem caráter sigiloso - maior planejamento das unidades descentralizadas frente a necessidade de manutenção das instalações e equipamentos, considerando a inexistência de contratos também decorrente das constantes reduções dos orçamentos para custeio da unidade.

Ainda com relação ao quadro A.4.5.1, quanto aos controles internos aplicados aos gastos informo que a unidade procura orientar os supridos quanto à forma de aplicar os recursos revisando os procedimentos contribuindo para minimizar os riscos de inconsistências.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

5.1 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

5.1.1.1 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

QUADRO A.5.1.1.1 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	2
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	38
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	2
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	35
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	13
4.1. Doença em Pessoa da Família	10
4.2. Capacitação	3
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	1
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	56

Fonte: SRH e SIAPE

Obs: Com relação ao Item 6, houve uma remoção por Decisão Judicial.

5.1.2 ESTRUTURA DE CARGOS E FUNÇÕES

QUADRO A.5.1.2 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	4	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	4	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		4		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	0	19	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		19		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	23	0	0

Fonte: SRH e SIAPE

5.1.3 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE

QUADRO A.5.1.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	1	0	24	169	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira			1		24	169			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)	0	0	1	0	24	169	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH e SIAPE

5.1.4 CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.1.4 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	22.013.285,71		2.823.942,42	34.543,81	918.508,89	618.653,67	704.916,71	95.676,49	49.724,16	27.259.251,86
	2012	22.003.131,31								80.227,49	22.083.358,80
	2011	24.950.912,58	644.240,32	598.161,28	41.771,42	1.059.593,79		181.515,81		50.565,18	27.530.760,38
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	334.106,88		27.011,25		8.952,00	902,22	16.102,16			387.074,51
	2012	232.624,62	4.990,20			5.662,00					243.277,72
	2011	232.624,62	4.990,20			5.662,00					243.277,72
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013										
	2012										

	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013			77.071,68							77.071,68
	2012			64.319,89							64.319,89
	2011			70.010,80							70.010,80
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013			114.233,02							114.233,02
	2012			92.826,66							92.826,66
	2011			114.719,97							114.719,97

Fonte: SRH e SIAPE

5.1.5 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA

QUADRO A.5.1.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	14	1
1.1 Voluntária	10	1
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	4	
1.4 Outras		
2. Proporcional	4	0
2.1 Voluntária	2	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente	2	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	18	1

Fonte: SRH e SIAPE

Obs: Embora não tenha sido efetivada nesta SR/DPF/AC, houve a absorção de um servidor aposentado, proveniente da SR/DPF/RO, no exercício de 2013.

5.1.6 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.1.6 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	3	1
1.1. Integral		
1.2. Proporcional	3	1
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)	3	1

Fonte: SRH e SIAPE

5.1.7 ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC

QUADRO A.5.1.7.1 - ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012

Admissão	51			
Concessão de aposentadoria	1	1		
Concessão de pensão civil	1			
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	53	1	0	0

Fonte: SRH e SIAPE

Obs: embora os procedimentos sejam realizados nesta SR/DPF/AC, os atos discricionários são realizados pela DGP/DPF, em Brasília-DF.

QUADRO A.5.1.7.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	0	0	0	0

Fonte: SRH e SIAPE

Obs: No exercício de 2013 não houve alteração nos atos sujeitos à Comunicação ao TCU.

5.1.8 REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	51			
Concessão de aposentadoria	1			
Concessão de pensão civil	1			
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total	53	0	0	0

Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total	0	0	0	0
Fonte: SRH				
Obs: Embora os procedimentos de admissão e aposentadoria sejam realizados nesta SR/DPF/AC, o cadastro no SISAC é de responsabilidade da DGP/DPF em Brasília-DF				

5.1.9 ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO

QUADRO A.5.1.9 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias				
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais	0	0	0	0

Obs: Nada a Declarar

5.1.10 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.5.1.10 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	6	6	6	6	45.691,31
1.1 Área Fim	1	1	1	1	7.615,22
1.2 Área Meio	5	5	5	5	38.076,09
2. Nível Médio	15	15	15	15	52.228,65
2.1 Área Fim	4	4	4	4	13.927,64
2.2 Área Meio	11	11	11	11	38.301,01
3. Total (1+2)	21	21	21	21	97.919,96

Fonte: SRH

5.1.11 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA EM CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

5.1.11.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.5.1.11.1 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Recepcionista Delemig para emissão de passaporte e atendimento a estrangeiros	8	8	8	0	0

Fonte: Sicon e Setor de Contratos/Selog/SR/DPF/AC

5.1.12 ANÁLISE CRÍTICA

Os terceirizados alocados no Contrato n.08/2011, cujo objeto é a prestação de serviço de recepção para emissão de passaporte e atendimento a estrangeiros, desempenham atividades de alta prioridade e que afetam diretamente a segurança nacional. Tais trabalhos deveriam ser executados pela carreira de apoio do Órgão, entretanto, devido o lapso temporal de quase 10 anos da realização do último concurso, a tarefa foi terceirizada. Para sanar esta situação, dentre outras, novo concurso para contratação de Agentes Administrativos foi realizado em fevereiro de 2014, com previsão de posse e exercício até junho/2014. Contudo, cabe salientar que a quantidade de vagas destinadas a esta SR/DPF/AC ainda é insuficiente para atender as necessidades urgentes e prementes da Unidade.

5.2 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do DPF no Estado do Acre													
UG/Gestão: 200380/00001						CNPJ: 00.394.494/0065-19							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	005/2010	08.573.956/0001-94	25/01/2010	31/03/2013			13	13			E
2011	V	O	007/2011	02.764.609/0001-62	01/09/2011	21/12/2014			28	28			P
2013	L	E	006/2013	11.223.797/0001-02	01/04/2013	27/09/2013			13	13			E
2013	L	E	12/2013	04.103.700/0001-62	02/12/2013	01/12/2014							A

Observações: Entre 28/09/2013 e 01/12/2013 a unidade ficou sem contratação para os serviços de limpeza e conservação predial após a vigência do contrato emergencial com a empresa VIEIRA E GOMES LTDA. A necessidade da contratação emergencial decorreu da inviabilidade de continuidade/prorrogação do contrato nº 005/2012, firmado com a empresa VR CONSULTORIA EMPRESARIAL, conforme parecer nº 70/2013-CJU-AC/CGU/AGU.

Assim, devido à inviabilidade de continuidade do contrato nº 005/2012 e após 180 de vigência da contratação emergencial (contrato nº 006/2013-SR/DPF/AC), considerando a importância dos serviços para continuidade das atividades do órgão a despesa passou a ser realizada sem cobertura contratual por meio de processos de indenização até a conclusão do procedimento licitatório que se encontrava pendente. A fundamentação do ato consta do processo de pagamento nº 08220.017308/2013-34, inclusive amparada pelo Parecer nº 376/VRCC/2013CJU-AC/CGU/AGU.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SETOR DE CONTRATOS/SELOG/SR/DPF/AC

5.3 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.5.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do DPF no Estado do Acre													
UG/Gestão: 200380/00001						CNPJ: 00.394.494/0065-19							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	001/2010	08.573.956/0001-94	28/05/10	31/12/13			05	05			E
2010	2	O	003/2010	09.134.888/0001-20	01/02/10	31/12/13			05	05			P
2011	5	O	008/2011	11.223.797/0001-02	13/12/11	31/12/13			08	08			P
2013	5	E	009/2013	07.533.627/0001-57	16/07/13	12/01/14			06	06			E
2013	12	E	010/2013	07.533.627/0001-57	16/07/13	12/01/14			04	04			E
Observações:													
LEGENDA						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática;													

4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte: SICON E CONTRATOS/SR/DPF/AC

5.4 ANÁLISE CRÍTICA

Com relação ao item 5.2 do presente Relatório, cabe esclarecer que a análise crítica da execução dos contratos apresenta-se em parte prejudicada devido à ausência dos gestores dos referidos contratos, sendo que um encontra-se exercendo novo cargo em outro órgão público e outro em licença maternidade. Além disso, o gestor do setor de administração e logística está em afastado das atividades desde o início do mês de fevereiro de 2014 e o gestor da unidade está exercendo as atividades em outra unidade do DPF.

Assim, considerando que não foram indicadas pendências quanto às contratações apresentadas no quadro A 5.2, por parte dos gestores anteriores, durante o exercício de 2013, não há nenhuma consideração a ser apresentada.

Já relativamente ao item 5.3 deste Relatório, cabe esclarecer que a análise crítica da execução dos contratos apresenta-se em parte prejudicada devido à ausência dos gestores dos referidos contratos, sendo que um encontra-se exercendo novo cargo em outro órgão público e outro em licença maternidade. Além disso, o gestor do setor de administração e logística está em afastado das atividades desde o início do mês de fevereiro de 2014 e o gestor da unidade está exercendo as atividades em outra unidade do DPF.

Assim a análise se restringe a questões relevantes que se apresentaram nos autos dos processos de contratação, as quais estão demandando ações da unidade no presente momento.

Dessa forma apresenta-se a questão relacionada ao contrato nº 001/2010, cujo objeto era a prestação dos serviços de copeiragem, que perdurou até 31/12/2013, com a empresa VR CONSULTORIA & SERVIÇOS GERAIS LTDA.

Em 11/03/2014, foi apresentado à chefia do setor de administração e logística policial a informação da servidora AADM CLEIDIANE, às folhas 1186 – 1189, referente à cobrança da Nota Fiscal nº 1058, processo nº 08220.007061/2013-48, de valores resultantes de repactuação no exercício de 2012 do contrato nº 001/2010-SR/DPF/AC, a qual indica que a empresa não pagou as verbas trabalhistas de seus empregados de acordo com a CCT/2012, além de outros procedimentos realizados pela administração na tentativa de sanar essa irregularidade.

A partir de então, considerando a ausência do gestor do contrato em decorrência de licença maternidade, foi iniciada análise mais minuciosa dos documentos estando o mesmo em fase de conclusão cabendo posterior encaminhamento do procedimento à CJU para fins de orientação acerca das medidas a serem adotadas.

Quanto a análise documental que ainda se encontra em andamento, pode-se adiantar que já se verificou que durante o exercício de 2013 as verbas trabalhistas também não foram pagas em conformidade com a CCT/2013, em desacordo com as regras contratuais.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

6.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATOS DE TERCEIROS

6.1.1.1 FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

6.1.1.1.1 LEGISLAÇÃO QUE REGULA A CONSTITUIÇÃO E A FORMA DE UTILIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS;

- Lei n° 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), de 23 de setembro de 1997, com suas alterações.
- Decreto n° 6.403, de 17 de Março de 2008.
- Instrução Normativa n° 03/2008-SLTI/MPOG, de 15 de maio de 2008.
- Portarias do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).
- Resoluções e Deliberações do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).
- Normatizações internas deste Departamento de Polícia Federal, em especial a Instrução Normativa n° 003/2009-DG/DPF, publicada no Boletim de Serviço n° 044, de 06 de março de 2009.
- Instrução de Serviço n° 01/2011-SR/DPF/AC, publicada no Aditamento Semanal n° 40, de 07 de outubro de 2011.

6.1.1.1.2 IMPORTÂNCIA E IMPACTO DA FROTA DE VEÍCULOS SOBRE AS ATIVIDADES DA UJ;

A frota de veículos desta SR/DPF/AC vem atender aos requisitos de flexibilidade e rapidez das demandas da atividade policial, quais sejam: Diligências policiais na circunscrição da Sede e delegacias descentralizadas; fiscalizações de produtos químicos e segurança privada; Atividades administrativas internas; dentre outras.

6.1.1.1.3 QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DA UJ, DISCRIMINADOS POR GRUPOS, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO QUE LHESS SEJA DADA PELA UJ (POR EXEMPLO, VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO, VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL ETC.), BEM COMO SUA TOTALIZAÇÃO POR GRUPO E GERAL;

As informações solicitadas no presente item não podem ser prestadas, por estarem resguardadas por sigilo, conforme disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa n.º 69, de 14/12/2012.

6.1.1.1.4 MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS, POR GRUPO DE VEÍCULOS, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO CONTIDA NO ITEM SUPRACITADO;

As informações solicitadas no presente item não podem ser prestadas, uma vez que, na referida Unidade Jurisdicionada não se verificam controles em operação. Os dados constantes no Sistema Sigepol apresentam-se inconsistentes e não possibilitam a elaboração de relatório conclusivo pelo motivo de não estarem adequadamente atualizados.

6.1.1.1.5 IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS;

Quadro 6.1.1.1.5 – Idade média da frota, por grupo de veículos

IDADE MEDIA DA FROTA	
Grupo de veículos	Idade média da frota
VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL	
Veículos de transporte institucional	2009
SUBTOTAL	
VEÍCULOS DE SERVIÇOS COMUNS	
Veículos de serviços comuns - Transporte de pessoal	2008

Veículos de serviços comuns - Transporte coletivo	2008
Veículos de serviços comuns - Transporte de carga leve	2009
Veículos de serviços comuns - Transporte de cargas específicas	2008
SUBTOTAL	
VEÍCULOS DE SERVIÇOS ESPECIAIS	
Veículos de serviços especiais - Ostensivos	2012
Veículos de serviços especiais - Atividades Sigilosas	2007(1999-2013)
SUBTOTAL	
TOTAL	

Fonte: NUTRAN/SELOG/SR/DPF/AC

6.1.1.1.6 CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA (POR EXEMPLO, GASTOS COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, REVISÕES PERIÓDICAS, SEGUROS OBRIGATÓRIOS, PESSOAL RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DA FROTA, ENTRE OUTROS);

Durante o ano de 2013 as despesas com combustível totalizaram R\$ 430.890,37 e as despesas com manutenção representaram o valor de 259.957,28.

6.1.1.1.7 PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DA FROTA;

As informações solicitadas no presente item não podem ser prestadas, por estarem resguardadas por sigilo, conforme disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa n.º 69, de 14/12/2012.

6.1.1.1.8 RAZÕES DE ESCOLHA DA AQUISIÇÃO EM DETRIMENTO DA LOCAÇÃO;

As viaturas de uso da Polícia Federal devem atender a padrões próprios, possuindo equipamentos específicos e características inerentes à atividade policial. O que impossibilita contratação no mercado de aluguel.

6.1.1.1.9 ESTRUTURA DE CONTROLES DE QUE A UJ DISPÕE PARA ASSEGURAR UMA PRESTAÇÃO EFICIENTE E ECONÔMICA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE.

Sistema de gestão de veículos do SIGEPOL, controle de entrada e saída de veículos do pátio desta SR/DPF/AC, com registro do tipo de diligência em que a viatura será empregada, bem como a identidade do condutor da mesma, quilometragem percorrida e data e horário de saída e entrada;

Em reforço ao sistema SIGEPOL é realizado um registro manual de cada saída e entrada de viaturas no pátio desta SR/DPF/AC, controlando-se os mesmos fatores do SIGEPOL, com exceção do detalhamento da diligência.

Sistema de Gestão de Abastecimento e Manutenção/Conservação Ticket Car, onde são registrados todos os abastecimentos realizados pelos veículos integrantes da frota desta SR/DPF/AC, ficando os dados gravados em sistema e disponíveis por meio da internet.

6.1.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

6.1.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.6.1.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Acre	7	7
	Rio Branco	2	2

	Cruzeiro do Sul	1	1
	Epitaciolandia	4	4
Subtotal Brasil		7	7
Total (Brasil + Exterior)		7	7

Fonte: SPIUnet

6.1.2.2 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

QUADRO A.6.1.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
200380	013900292.500-3	DP	NOVO	734.643,00	07/02/2014	22.119.211,60	-	-	
200380	013900272.500-4	DP	BOM	172.879,68	07/02/2014	-	-	-	
200380	010700079500-7	DP	NOVO	496.233,71	07/02/2014	-	-	-	
200380	065100005500-2	DP	REPAROS IMPORTANTES	257.392,43	02/03/2012	-	-	-	
200380	065100007500-3	DP	NOVO	1.33.981,50	27/03/2012	-	-	-	
200380	065100009500-4	DP	REPAROS IMPORTANTES	65.503,82	28/03/2012	-	-	-	
200380	065100011500-5	DP	REPAROS IMPORTANTES	65.503,82	28/03/2012	-	-	-	
Total								-	-

Fonte: SPIUnet - APF Nelson Costa

6.1.2.3 DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.6.1.2.3 – DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

OCUPAÇÃO/UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	013900292.500-3	NOVO	734.643,00	07/02/2014	22.119.211,60	-	-
Ocupados	013900272.500-4	BOM	172.879,68	07/02/2014	-	-	-
Ocupados	010700079500-7	NOVO	496.233,71	07/02/2014	-	-	-
Ocupados	065100005500-2	REPAROS IMPORTANTES	257.392,43	02/03/2012	-	-	-
Ocupados	065100007500-3	NOVO	1.33.981,50	27/03/2012	-	-	-
Ocupados	065100009500-4	REPAROS IMPORTANTES	65.503,82	28/03/2012	-	-	-
Ocupados	065100011500-5	REPAROS IMPORTANTES	65.503,82	28/03/2012	-	-	-
Total						-	-
Fonte: SPIUnet							

6.1.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS LOCADOS DE TERCEIROS

QUADRO A.6.1.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1	1	1
	Rio Branco	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Total (Brasil + Exterior)		1	1
Fonte: SPIUnet			

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

7.1 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

7.1.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.7.1.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p>Nos termos do Anexo V da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, com vistas a minimizar os impactos ambientais inerentes aos serviços de limpeza e conservação predial, a contratada deverá adotar as seguintes providências:</p> <p>a) realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE n° 6, de 3/11/95, e do Decreto n° 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;</p> <p>b) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.</p> <p>c) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:</p> <p>d) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;</p> <p>e) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;</p> <p>f) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;</p> <p>g) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;</p> <p>h) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;</p> <p>i) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;</p> <p>j) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);</p> <p>k) observar a Resolução CONAMA n° 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;</p> <p>l) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;</p> <p>m) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;</p> <p>n) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:</p> <p>o) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;</p> <p>p) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;</p> <p>q) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa</p>				X	

vigente.” r) O detergente em pó a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir composição que respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA n° 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Promoveu substituição de aparelhos antiquados por aqueles que são certificados pelo INMETRO como sendo produtos com padrão de consumo de energia “A”, implicam em benefício direto para a Administração e os cofres públicos.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
				Sim ()	Não ()
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X

11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Por meio de comunicação oficial (memorando) e publicação de aviso na intranet.					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			X		
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais: A CPL/SR/DPF/AC lida diretamente com várias questões inerentes aos quesitos supracitados, obedecendo às regras de sustentabilidade estabelecidas na IN 01 de 19/10/2010, Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, bem como demais legislações correlatas, adotando em seus procedimentos licitatórios, quando couber, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental estabelecidas.					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE
SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO**

7.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO A.7.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

	Energia elétrica (R\$)	Água (R\$)	Consumo de Papel (Resmas)
2013	427.815,91	21.367,00	1392
2012	497.581,36	29.803,27	1171
2011	466.759,88	21.181,74	

Fonte: NAD/SELOG/SR/DPF/AC, SAD/SELOG/SR/DPF/AC

Obs.: O consumo de papel no ano de 2011 não pode ser demonstrado devido à transição de sistemas ocorrido no referido período. O sistema responsável pelo controle de materiais foi atualizado, sem possibilitar acesso aos dados do ano de 2011.

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

8.1 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

8.1.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO TCU

QUADRO A.8.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre					1149
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	026.156/2011-3	1.449/12-TCU Plenário	9.1.3	DE	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento de Polícia Federal					324
Descrição da Deliberação					
Incluir nos relatórios anuais de gestão referentes aos exercícios de 2012 a 2016, tópico específico sobre as providências adotadas para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório, consoante às disposições do Decreto nº 2271/97 e às determinações descritas nos subitens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção-Geral do DPF					324
Síntese da Providência Adotada					
Vide texto a seguir.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Vide texto a seguir.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Vide texto a seguir.					

Em atendimento ao item 9.1.3 do Acórdão nº 1.449/12 – TCU Plenário, que determina a inclusão de item específico nos Relatórios de Gestão de 2012 a 2016 versando sobre as providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório (consoante às disposições do Decreto nº 2.271/97 e às determinações descritas no subitem 9.1.1 do citado Acórdão, abaixo transcrito), informa-se que a Direção-Geral do DPF expediu ao Tribunal de Contas da União o Ofício nº 885/2012-GAB/DG/DPF, de 20 de dezembro de 2012, que encaminhou o Plano de Ação, no qual constam informações quanto às ações, aos prazos e aos responsáveis pelas medidas necessárias ao cumprimento do disposto na decisão do egrégio Tribunal.

“9.1.1 elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, plano de ação para regularizar a terceirização de serviços relacionados diretamente ao controle migratório, de modo a substituir, gradualmente e sem prejuízo à

continuidade do serviço, os terceirizados que executam tarefas típicas de controle migratório por servidores do seu quadro permanente, porquanto se trata de atividade tipicamente finalística desse órgão, cuja terceirização é vedada nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2271/97; [...]”

Durante o ano de 2013 houve a atuação de contratados terceirizados alocados no Contrato n.08/2011, cujo objeto é a prestação de serviço de recepção para emissão de passaporte e atendimento a estrangeiros, desempenhando atividades de alta prioridade e que afetam diretamente a segurança nacional. Tais trabalhos deveriam ser executados pela carreira de apoio do Órgão, entretanto, devido o lapso temporal de quase 10 anos da realização do último concurso, a tarefa foi terceirizada. Para sanar esta situação, dentre outras, novo concurso para contratação de Agentes Administrativos foi realizado em fevereiro de 2014, com previsão de posse e exercício até junho/2014. Assim, em atendimento ao constante do item 9.1.2 do referido Acórdão, informa-se que durante o exercício de 2013 foi observado nível mínimo, na medida dos parâmetros possíveis, de atuação dos terceirizados nos serviços de controle migratório, por esta Unidade Jurisdicionada, conforme a orientação indicada pela Coordenação-Geral de Polícia de Imigração – CGPI.

8.1.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI

8.1.2.1 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.8.1.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Quadro A.8.1.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre			1149
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108800	1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SR/DPF/AC			1149
Descrição da Recomendação			
CELEBRAÇÃO DE TERMO ADITIVO SEM REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS NO MERCADO LOCAL. - Realizar pesquisas de preços no mercado local, em casos futuros, antes de celebrar termos aditivos a contratos de modo a evidenciar nos autos dos processos administrativos a continuidade da vantagem para a Administração de se manter o contrato com determinada empresa em detrimento da celebração de novo certame licitatório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SELOG/SR/DPF/AC			
Síntese da Providência Adotada			

Em que pese o órgão encontrar extrema dificuldade em conseguir efetivar pesquisa de preços para todos os procedimentos, durante o exercício de 2013 a UJ procurou atender essa recomendação, justificando quando à impossibilidade, trazendo documentos ao processo para demonstrar a situação.

Ademais é importante apresentar que após a publicação da recomendação do TCU, em estudo técnico, através do AC-1214-17/13-P, frente à dificuldade, o órgão passou a utilizar a orientação, devidamente justificada, sempre que se apresentavam as hipóteses de desnecessidade de realização de pesquisa de preços, a fim de evitar prejuízos para a administração. Tal estudo inclusive ocasionou alterações na IN 02/208-SLTI-MPOG, em dezembro de 2013, relacionadas a essa recomendação.

Síntese dos Resultados Obtidos

Permitiu facilidade nos processos frente as dificuldades

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201108800	1	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

SR/DPF/AC

Código SIORG

1150

Descrição da Recomendação

APURAÇÃO DE VALOR MÉDIO DOS PREÇOS DE MERCADO COM BASE EM APENAS 2 PROPOSTAS, SENDO UMA DELAS A DA VENCEDORA DO CERTAME. - Proceder, conforme determina o item 9.1.2. Acórdão 1547/2007 - Plenário, do Tribunal de Contas da União, que diz "quando da realização de licitação, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto art. 43, inc. IV, da Lei 8.666/93, consubstanciando a pesquisa no mercado em, pelo menos, três orçamentos de fornecedores distintos, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório."

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

SELOG/SR/DPF/AC

Código SIORG

Síntese da Providência Adotada

Em que pese não ter sido realizado nova contratação para os serviços em tela, os setores responsáveis pelos procedimentos já estão orientados, principalmente considerando que se trata de orientação prevista na IN 02/2008-SLTI/MPOG.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108800	1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SR/DPF/AC			1150
Descrição da Recomendação			
<p>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA POR VALORES SUPERIORES AOS LIMITES PERMITIDOS PELA PORTARIA Nº 05, DE JULHO DE 2009, DA SLTI/MPOG. - Proceder, conforme determinado no Acórdão 2729/2009 TCU- Plenário, que diz: "9.3.2. em futuras contratações de empresas especializadas na prestação de serviços de segurança e vigilância armada, sejam adotados como limites máximos de preços aqueles definidos pela Portaria SLTI n.º 4, de 18 de maio de 2009 (ou por outro normativo que a substitua), devendo-se justificar quaisquer necessidades excepcionais na execução dos serviços que importe em majoração dos custos."</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SELOG/SR/DPF/AC			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Em que pese não ter sido realizado nova contratação para os serviços em tela, os setores responsáveis pelos procedimentos já estão orientados, principalmente considerando que se trata de orientação prevista na IN 02/2008-SLTI/MPOG.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201108800	1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SR/DPF/AC			1152
Descrição da Recomendação			
<p>DEFICIÊNCIAS NA ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE VIATURAS. - Pesquisar, em casos futuros, antes de promover a adesão a Atas de Registro de Preços, a existência de vantagem para a Administração, comprovando, com documentação a constar nos autos dos processos de que foram realizadas consultas de preços em outras empresas diferentes da vencedora da Ata a qual se pretende aderir.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SELOG/SR/DPF/AC			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Os setores envolvidos realizaram as devidas pesquisas de preços para fins de formação do preço médio da aquisição no qual ficou demonstrado a vantajosidade da adesão à ARP.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201108800	2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SR/DPF/AC			1153
Descrição da Recomendação			
<p>DEFICIÊNCIAS NA ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE VIATURAS. - Definir, ao iniciar processo para adesão à ARP, o objeto a ser contratado ou adquirido, por meio da elaboração de projeto básico ou termo de referência, consubstanciando o máximo detalhes possíveis que permitam caracterização do objeto com riqueza de detalhes suficientes sem, no entanto, provocar restrição da competitividade a qual deve se submeter todos os certames públicos.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SELOG/SR/DPF/AC			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Durante o exercício de 2013 foi realizado um procedimento para aquisição de viaturas, no qual foi atendido a recomendação. Considerando que ocorrem constantes alterações de servidores responsáveis pelas diferentes áreas dos setores administrativos da UJ, dificultando a continuidade e planejamento das ações orientadas por recomendações dos órgãos de controle, aliado à ausência de instrumentos de controle interno nesta UJ, tal atendimento não se deu em decorrência do conhecimento da recomendação pelos responsáveis pelos setores envolvidos e sim pelo costume de elaborar projetos básicos e/ou termos de referência, exigidos pela legislação, necessário para correta definição do objeto e justificativa para a aquisição.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201108800	1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SR/DPF/AC			1155
Descrição da Recomendação			

PAGAMENTO A FORNECEDORES SEM REALIZAÇÃO DE CONSULTA DE REGULARIDADE FISCAL. - Proceder, antes da realização de pagamentos, conforme orientação constante do PARECER PGFN/CJU 401, de 23 de março 2000, que diz: "18.1 a cláusula contratual que prevê a suspensão dos pagamentos, quando a contratada estiver irregular junto ao SICAF, não encontra amparo legal. 18.2 esta cláusula deverá ser declarada nula nos contratos em vigor; 18.3. constatada a situação de irregularidade da contratada junto ao SICAF, deve-se providenciar sua advertência, por escrito, no sentido de que, em prazo exequível (desde logo determinado), a contratada regularize sua situação junto ao SICAF ou, no mesmo prazo apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato; este prazo poderá ser prorrogado a critério da administração."

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SELOG/SR/DPF/AC	

Síntese da Providência Adotada

Durante o exercício de 2013, o setor responsável pelos pagamentos, considerando inclusive orientação emanada da unidade orçamenta e financeira central - COF, através de mensagem SIAFI, passou a adotar a rotina de comunicar o setor de contratos para que o mesmo comunique formalmente às contratadas quanto a pendentes junto ao SICAF, sem que haja bloqueio/suspensão dos pagamentos.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201108800	2	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
SR/DPF/AC	1156

Descrição da Recomendação

PAGAMENTO A FORNECEDORES SEM REALIZAÇÃO DE CONSULTA DE REGULARIDADE FISCAL. - Certificar-se, ao atestar notas fiscais referentes à aquisição de bens ou a prestação de serviços, de que a Nota Fiscal ou Fatura contempla todas as informações necessárias para caracterização da despesa a qual se refere, inclusive, se sua data de emissão está devidamente preenchida.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SELOG/SR/DPF/AC	

Síntese da Providência Adotada

Os responsáveis pelos setores envolvidos com atesto e pagamento das faturas têm adotado medidas de controle para fins de sanear eventuais erros constantes dos documentos fiscais apresentados pelos fornecedores.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
41	201108800	1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SR/DPF/AC			1157
Descrição da Recomendação			
<p>INSCRIÇÃO INDEVIDA DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS E NÃO ADOÇÃO TEMPESTIVA DE PROVIDÊNCIAS VISANDO AO CANCELAMENTO DE SALDOS QUE NÃO MAIS SERÃO UTILIZADOS. - Adotar medidas objetivando o cancelamento dos saldos dos empenhos 2010NE900021, 2010NE900026, 2010NE900265 e 2010NE900040, inscritos em restos a pagar não processados em 31/12/2010. Caso se verifique que parcela ou a totalidade do saldo será utilizado para pagamento de serviços realizados no exercício de inscrição, promover gestões junto aos fornecedores visando à emissão das faturas discriminatórias dos serviços e ao encaminhamento dos documentos ao NEOF para liquidação.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SELOG/SR/DPF/AC			
Síntese da Providência Adotada			
Segundo informações do setor orçamentário e financeiro da UJ não constam mais saldos nos empenhos relacionados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
41	201108800	2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SR/DPF/AC			1158
Descrição da Recomendação			
<p>INSCRIÇÃO INDEVIDA DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS E NÃO ADOÇÃO TEMPESTIVA DE PROVIDÊNCIAS VISANDO AO CANCELAMENTO DE SALDOS QUE NÃO MAIS SERÃO UTILIZADOS. - Adotar rotinas visando evitar a inscrição de restos a pagar não processados quando referentes a serviços já prestados. Em caso da total impossibilidade da liquidação ocasionado pela não entrega de documentos pelos contratados, atuar junto aos fornecedores de forma ostensiva, possibilitando a celeridade, no exercício posterior ao exercício de inscrição, da liquidação ou cancelamento dos saldos dos empenhos.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SELOG/SR/DPF/AC			

Síntese da Providência Adotada			
Essa UJ, em especial o setor financeiro, vem adotado essa recomendação, seguindo orientações da unidade orçamentária e financeira no órgão central - COF.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	201306151	1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SR/DPF/AC			1159
Descrição da Recomendação			
Fragilidades no controle da gestão do uso do Cartão de Pagamentos do Governo Federal. - Orientar aos servidores responsáveis pela execução de suprimento de fundos com Cartão de Pagamento do Governo Federal que, com exceção das despesas sujeitas a sigilo, as aquisições de bens e serviços deverá ser realizada preferencialmente em fornecedores afiliados à rede de cartão de crédito, somente sendo possível a utilização da modalidade saque quando impossível a utilização da modalidade fatura (quando não houver fornecedor afiliado à rede de cartão de crédito).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SELOG/SR/DPF/AC			
Síntese da Providência Adotada			
<p>A UJ passou a adotar controle mais apurado com relação aos procedimentos de concessão de Suprimento de Fundos, de modo que, em consonância com o Art. 21, Inciso I, da Instrução Normativa nº 049/2011–DG/DPF, os pedidos de solicitação de descentralização de recursos de Suprimento de Fundos, via sistema SIAFI, só serão efetuados caso se verifique o devido preenchimento do percentual que poderá ser utilizado na modalidade saque, demonstrando clara manifestação do Ordenador de Despesas. Nesse sentido, tanto a chefia do Setor de Administração e Logística Policial (SELOG), bem como o servidor responsável pelos Suprimentos de Fundos da unidade, deverão condicionar a solicitação do correspondente recurso à Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF ao preenchimento do campo indicativo do percentual de saque autorizado pelo Ordenador de Despesas, sob pena de restituição do correspondente processo ao solicitante a fim de sanar a impropriedade in comento. Nesse diapasão, os procedimentos de concessão de Suprimento de Fundos que não se adequem totalmente a exigência do Art. 21, Inciso I, da Instrução Normativa nº 049/2011–DG/DPF, serão restituídos através de despacho ao solicitante de modo que a continuidade do pleito ficará adstrita ao devido preenchimento do campo indicativo do percentual de saque autorizado pelo Ordenador de Despesas. Ademais, quando da liberação dos limites para saque do correspondente CPGF, via portal de autoatendimento do Banco do Brasil, realizada pelo chefe do Setor de Administração e Logística Policial (SELOG), os valores permitidos para saque passam a ser limitados conforme o percentual expressamente autorizado pelo Ordenador de Despesas da UJ. Desse modo, ainda que o suprido tente efetuar saque que exceda o montante autorizado, o próprio sistema de controle de limite do CPGF não autorizará a transação.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	201306151	2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SR/DPF/AC			1160
Descrição da Recomendação			
Fragilidades no controle da gestão do uso do Cartão de Pagamentos do Governo Federal. - Adotar rotinas visando impedir a concessão de suprimento de fundos sem que haja manifestação do ordenador de despesas quanto ao limite percentual que poderá ser utilizado na modalidade saque.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SELOG/SR/DPF/AC			
Síntese da Providência Adotada			
<p>O PPP relacionado à essa recomendação já foi apresentado à CGU no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201306151, conforme segue: Em consonância com o Art. 21, Inciso II, da Instrução Normativa nº 049/2011–DG/DPF, o suprido deve apresentar, na prestação de contas, as justificativas que o impossibilitaram de realizar a despesa na rede afiliada do cartão. É cediço que, embora seja certo que compras realizadas por meio de dinheiro em espécie possam garantir ao comprador um maior poder de barganha junto ao fornecedor, permitindo a aquisição de bens e serviços a valores menos elevados, esta UJ concorda que, de fato, tal argumento não é amparado pelas normas pertinentes à aplicação de recursos oriundos de suprimento de fundos. Deste modo, na data de 24/07/2013, o Setor de Administração e Logística Policial (SELOG) proferiu palestra a todos os servidores da UJ que fazem uso de recurso de suprimento de fundos, a fim de, dentre outras recomendações, reforçar que a utilização da modalidade saque é uma medida excepcional, necessitando da devida justificativa, sob pena de recolhimento dos valores sacados via GRU em nome do suprido, conforme se depreende dos Art. 21 e Art. 38 da IN nº 49/2011-DG/DPF:</p> <p>“Art. 21. As despesas referentes a suprimento de fundos serão efetivadas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal, conforme estabelecido na legislação vigente.</p> <p>(...)</p> <p>II – o suprido deve apresentar, na prestação de contas, as justificativas que o impossibilitou de realizar a despesa na rede afiliada do cartão; e (grifou-se)</p> <p>III – a ausência de justificativas do saque efetuado enseja a aplicação do disposto no art. 38. (grifou-se)</p> <p>Art. 38. Ocorrendo a aplicação de suprimento de fundos em valor superior ao autorizado pelo Ordenador de Despesa em cada natureza de despesa, o pagamento a maior ou indevido, a aplicação fora do período autorizado, o saldo de saque não aplicado, o saque não justificado ou a prestação de contas não aprovada, o valor correspondente deverá ser depositado pelo suprido por intermédio da Guia de Recolhimento da União – GRU, código de recolhimento 68808-8 – Devolução de Suprimento de Fundos do Exercício.” (grifou-se)</p> <p>Nesse sentido, uma vez que cada suprido firma declaração manifestando pleno conhecimento da legislação pertinente ao uso de recursos oriundos de suprimentos de fundos, todos os processos em que se verificar o não atendimento do Art. 21, inciso II, da IN nº 49/2011-DG/DPF terão as respectivas prestações de contas condicionadas ao ressarcimento dos valores sacados, nos termos do Art. 38 supra.</p>			

Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	201306151	3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SR/DPF/AC			1161
Descrição da Recomendação			
<p>Fragilidades no controle da gestão do uso do Cartão de Pagamentos do Governo Federal. - Orientar aos servidores responsáveis pela execução de despesas mediante a utilização do CPGF a, antes da aquisição de itens que possam constar do almoxarifado da Instituição, realizar consulta formal àquele setor, anexando o documento ao processo, visando impedir que haja compra, com suprimento de fundos, de itens acobertados por contratos em execução.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SELOG/SR/DPF/AC			
Síntese da Providência Adotada			
<p>O PPP relacionado à essa recomendação já foi apresentado à CGU no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201306151, conforme segue: Em concordância com a recomendação supra, esta UJ deve zelar pelo fiel cumprimento do disposto no § 1º do Art. 23 da Instrução Normativa nº 049/2011–DG/DPF:</p> <p>“ § 1o. Na aplicação do suprimento de fundos deve ser observado:</p> <p>I – na aquisição do material de consumo:</p> <p>a) inexistência temporária ou eventual no almoxarifado, devidamente justificado; (grifou-se)</p> <p>b) inexistência de fornecedor contratado ou de ata de registro de preços.</p> <p>II – na contratação de serviços: inexistência de cobertura contratual. ”</p> <p>Nesse diapasão, na data de 24/07/2013, o Setor de Administração e Logística Policial (SELOG) proferiu palestra a todos os servidores da UJ que fazem uso de recurso de suprimento de fundos, a fim de, dentre outras recomendações, reforçar que, antes da aquisição de itens que possam constar do almoxarifado da Instituição, deve-se realizar consulta formal àquele setor, anexando o respectivo documento ao processo, visando impedir que haja compra, com suprimento de fundos, de itens acobertados por contratos em execução. Alinhado com o entendimento constante no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 20130615, esta UJ frisou na supracitada palestra que a não observância do § 1º do Art. 23 da Instrução Normativa nº 049/2011–DG/DPF poderá implicar na reprovação da correspondente prestação de contas, ensejando o ressarcimento dos valores sacados, nos termos do Art. 38 supra.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

8.1.2.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.8.1.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Quadro A.8.1.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre			1154
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201108800	3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SR/DPF/AC			1154
Descrição da Recomendação			
DEFICIÊNCIAS NA ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE VIATURAS. - Submeter, sobretudo quando os valores das contratações forem elevados, os procedimentos de adesão à Ata de Registro de Preços, à apreciação do Núcleo de Assistência Jurídica, de forma a tentar identificar possíveis falhas formais que possam comprometer a integridade da contratação por meio da adoção deste tipo de procedimento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SELOG/SR/DPF/AC			
Síntese da Providência Adotada			
Durante o exercício de 2013 foi realizado um procedimento para aquisição de viaturas no qual não foi atendida a recomendação. Considerando que ocorrem constantes alterações de servidores responsáveis pelas diferentes áreas dos setores administrativos, dificultando a continuidade e planejamento das ações orientadas por recomendações dos órgãos de controle, aliado à ausência de instrumentos de controle interno na UJ, o pleno atendimento das recomendações tornam-se dificultado pelo simples fato de seu desconhecimento. Assim, em que pese tal procedimento ter sido iniciado nessa UJ apenas no final do ano, com prazo exíguo para conclusão e empenho, devido à informação de impossibilidade da conclusão do procedimento licitatório planejado pelo órgão central, tal argumento, não justificaria a ausência de encaminhamento, em caráter de urgência, do processo de adesão à ata de registro de preços ao órgão consultivo da união CJU/AGU. Portanto, o desconhecimento da recomendação pelos responsáveis pelos setores envolvidos e a ausência de uma estrutura de controle interno na UJ contribuíram para o não atendimento da recomendação que visa evitar riscos à administração.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

O desconhecimento da recomendação pelos responsáveis pelos setores envolvidos, motivado por constantes alterações de servidores responsáveis pelos setores e a ausência de uma estrutura de controle interno na UJ contribuíram para o não atendimento da recomendação que visa evitar riscos à administração.			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201108800	1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SR/DPF/AC			1150
Descrição da Recomendação			
AUSÊNCIA DE ELABORAÇÃO DE PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DA UNIDADE REGIONAL. - Proceder à elaboração de Plano Estratégico Institucional da SR/DPF/AC, contemplando informações que permitam indicar: objetivos e metas, processos críticos, diagnóstico, probabilidade e meios de mitigação de riscos; níveis de riscos operacionais; acompanhamento/atualização dos riscos identificados e mensuração e classificação dos riscos, de forma a subsidiar o gestor da Unidade na adoção de providências para redução ou eliminação dos riscos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SELOG/SR/DPF/AC			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Em que pese a existência do Plano de Metas Anuais - PMA, os conceitos de planejamento e definição de metas classificadas conforme o risco não são efetivamente implementados pelos setores responsáveis por sua elaboração e acompanhamento. Portanto tal instrumento não é eficaz para cumprir com a recomendação. O que se percebe é que, considerando as constantes mudanças no cenários que envolvem as atividades fins do órgão, aliado a falta de recursos humanos para efetivamente formalizar um adequado planejamento a definição das ações acontece informalmente a partir de reuniões entre os setores envolvidos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A descontinuidade das pessoas responsáveis pela gestão nas diferentes áreas administrativas e/ou fim do órgão prejudicam a adoção de metas e ações de modo a minimizar os riscos.			

8.2 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI 8730-93

QUADRO A.8.2 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Quadro A.8.2 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	23		
	Entregaram a DBR	23		
	Não cumpriram a obrigação	0		

Fonte: SRH/SR/DPF/AC

Obs.: O Setor de Recursos Humanos solicita a DBR ao servidor designado para a função no ato da publicação em Boletim de Serviço ou Diário Oficial da União.

8.3 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

QUADRO A.8.3 - DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, MARCEL ULLRICH DIAS, CPF nº 055.242.227-40, Chefe do Selog (em exercício), exercido na Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: right;">Rio Branco/AC, 21 de fevereiro de 2014.</p> <p style="text-align: center;">MARCEL ULLRICH DIAS CPF nº 055.242.227-40</p>

Chefe Selog (em exercício)
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre

9. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

9.1 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

9.1.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NBCCASP

A UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do Sistema de GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (E-LOG) e registrando no SIAFI. Quanto à amortização, o DPF está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema E-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

A UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.10 quanto à avaliação e mensuração dos ativos. A avaliação (reavaliação e redução a valor recuperável) dos ativos previstos na macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI foi realizada de acordo com as orientações dessa norma.

Com relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, afirma-se que, a vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos no âmbito dos órgãos da Administração Pública direta, já que o DPF não possui estudos detalhados que permita estimar a vida útil de seus bens, considerando as peculiares de uso no âmbito do Órgão, principalmente em relação ao uso intensivo nas operações policiais. Contudo, a fragilidade da estimativa, seja qual for o método utilizado, é suprida pela avaliação periódica dos ativos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 47 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27.

A metodologia de avaliação e mensuração dos ativos e passivos consiste em:

- a) As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- b) O crédito e as dívidas são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- c) Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;
- d) A UJ não possui Ativo de Investimentos;
- e) O imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;
- f) O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção e, tão logo ocorra adaptação do E-LOG, será deduzido da correspondente amortização; e
- g) A UJ não possui Ativo Diferido.

A utilização dos critérios contidas nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da UJ, para fins de apoio ao processo de

tomada de decisão; à adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Nesse sentido, a aplicação das normas resultou na promoção de um controle mais efetivo na gestão do seu imobilizado, situação que tem evoluído gradativamente.

Outro aspecto é a preocupação que os setores de controle patrimonial passaram a ter quanto à adequação de seus registros de inventário de acordo com procedimentos contábeis, corroborando com os esforços da STN na uniformidade e convergência da contabilidade aplicada ao setor público.

Por fim, as normas reforçaram a necessidade de o DPF proceder com seus registros de forma tempestiva, dentro dos mandamentos emanados do Tesouro Nacional, colaborando para que o balanço da União reflita seus ativos não circulantes o mais fielmente possível.

9.1.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

QUADRO A.9.1.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO ACRE - SR/DPF/AC	200380
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequada a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local	Data
Brasília/DF	27/01/2014

Contador Responsável	GLADSTON GUIMARAES NAVES	CRC nº	DF- 12534/O-8
---------------------------------	---------------------------------	---------------	--------------------------

10. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013
 10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO
 10.1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ
 10.1.1.1 DELEGACIA DE CRUZEIRO DO SUL (DPF/CZS/AC)
 10.1.1.1.1 PRODUTIVIDADE EM INQUÉRITOS POLICIAIS
 QUADRO 10.1.1.1.1 – IPLS DELEGACIA DE CRUZEIRO DO SUL/AC

DESCRIÇÃO	QUANT.
IPL's EM ANDAMENTO	40
IPL's INSTAURADOS	207
IPL's RELATADOS	148

10.1.1.1.2 PRODUTIVIDADE EM CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS
 QUADRO 10.1.1.1.2 – CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS (DPF/CZS/AC)

DADOS ESTATÍSTICOS DE ATIVIDADES	
DADOS	TOTAL
CADASTRO DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO	-
RENOVAÇÃO LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO	-
AUTUAÇÕES	-
EMPRESAS CADASTRADAS PARA COMERCIO DE PRODUTOS INALANTES	07
EMPRESAS CADASTRADAS CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS	03
AUTORIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE COMBUSTIVEL EXPEDIDAS	11

10.1.1.1.3 PRODUTIVIDADE EM CONTROLE DE ARMAS
 QUADRO 10.1.1.1.3 – CONTROLE DE ARMAS (DPF/CZS/AC)

DADOS	TOTAL
REGISTROS EMITIDOS	425
ARMAS NOVAS REGISTRADAS CAÇADOR	43
ARMAS NOVAS REGISTRADAS DEF. PESSOAL	38
ARMAS APREENDIDAS	01
ARMAS NOVAS REGISTRADAS EMPRESA SEG.	10
RENOVAÇÃO DE REGISTROS EMPRESA DE SEG.	10
RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE ARMA CAÇADOR	234

RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE ARMA DEF. PESSOAL	31
ARMAS FURTADAS/ROUBADAS	8
ARMAS PERDIDAS	06
RECUPERAÇÃO DE FURTOS	-
RECUPERAÇÃO DE PERDAS	-
ARMAS DEVOLVIDAS	-
ARMAS ENCAMINHADAS AO SFPC	-
TRANSFERÊNCIA DE ARMA DE FOGO DEF. PESSOAL	12
TRANSFERENCIA DE ARMA DE FOGO CAÇADOR	41
ARMAS ENTREGUES CAMPANHA DESARMAMENTO	8
AUTORIZAÇÃO DE TRÂNSITO DE ARMA DE FOGO	17
PORTE CANCELADO POR AUTORIDADE	1
REGISTROS ESTADUAIS RENOVADOS	-
PORTE CANCELADO A PEDIDO	-
2ª VIA INDEFERIDA DE PORTE	-
2ª VIA DEFERIDA DE PORTE	-
2ª VIA DE REGISTRO DE ARMA	5
PORTE INDEFERIDO	-
PORTE DEFERIDO	2
PORTE FUNCIONAL	-
RENOVAÇÃO DE PORTES INDEFERIDOS	-
RENOVAÇÃO DE PORTES DEFERIDOS	-

10.1.1.1.4 PRODUTIVIDADE EM SEGURANÇA PRIVADA

QUADRO 10.1.1.1.4.1 – DADOS ESTATÍSTICOS EM CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA (DPF/CZS/AC)

DADOS ESTATÍSTICOS	QUANT.
MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA DELEGACIA	12
EFETIVO DA DELEGACIA	

AGÊNCIAS BANCÁRIAS		16
POSTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO		04
CARROS FORTES		01
ARMAS ATIVAS:	ESPINGARDA Cal. 12	06
	PISTOLA Cal. 380	02
	REVOLVER Cal. 38	40
ARMAS INATIVAS	REVOLVER Cal. 38	02
EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL		04
EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES (OUTRAS INSTALAÇÕES)		01
EMPRESAS DE ESCOLTA ARMADA (OUTRAS INSTALAÇÕES)		01
CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES		01

QUADRO 10.1.1.1.4.2 – TOTAL DE PROCESSOS INSTAURADOS EM CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA (DPF/CZS/AC)

ASSUNTO	MODALIDADE	TOTAL
AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	02
	TRANSPORTE DE VALORES	01
	CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES	02
	ESCOLTA ARMADA	01
	SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA	00
	SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA	00
OUTROS PROCEDIMENTOS	REVISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	01
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA	01
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE VISTORIA	01
	COMPRA DE ARMAS:	06
	COMPRA DE MUNIÇÕES:	07
	COMPRA DE PETRECHOS:	01
	AUTOS DE CONSTATAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO	03

	CANCELAMENTO/ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES	00
	ENCERRAMENTO DE EMPRESA IRREGULAR	00
	COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES COM ARMAS	00

QUADRO 10.1.1.1.4.3 – VISTORIAS EM CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA (DPF/CZS/AC)

DESCRIÇÃO	TOTAL
VISTORIA DAS INSTALAÇÕES DE EMPRESA DE VIGILÂNCIA E ORGÂNICA	01
VISTORIA DE VEÍCULOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE DE VALORES	01
VISTORIA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E PAB'S	16
CARTEIRAS DE VIGILANTES REQUERIDAS	04
CERTIFICADOS DE VIGILANTES REGISTRADOS	65
CERTIFICADOS DE VIGILANTES REGISTRADOS - EXTENSÃO TRANSPORTE DE VALORES	00
CERTIFICADOS DE VIGILANTES REGISTRADOS - RECICLAGEM	165
GUIAS DE TRANSFERÊNCIA E/OU TRANSPORTE DE ARMAS EMITIDAS	04
ARMAS E MUNIÇÕES ARRECADADAS	00
CONSULTAS / INFORMAÇÕES PRESTADAS SOBRE SEGURANÇA PRIVADA	00
ANALISE E PARECER / VIGILANTE CONSTA SINIC	09

10.1.1.1.5 PRODUTIVIDADE EM CONTROLE MIGRATÓRIO

QUADRO 10.1.1.1.5 –CONTROLE DE IMIGRAÇÃO (DPF/CZS/AC)

DADOS ESTATÍSTICOS	QUANT.
PASSAPORTE EXPEDIDO – COMUM - ICAO	260
PASSAPORTE EXPEDIDO – EMERGÊNCIA – NÃO ICAO	-
CARTEIRAS DE IDENTIDADE EXPEDIDA	22
DEPORTAÇÕES REALIZADAS	-
EXPULSÕES REALIZADAS	-
ESTRANGEIROS AUTUADOS	09
ESTRANGEIROS NOTIFICADOS A DEIXAR O PAÍS	08
INQUÉRITOS POLICIAIS DE EXPULSÃO INSTAURADOS	-
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE TURISTA	11

PRORROGAÇÃO DE PRAZO TEMPORÁRIO	-
PEDIDO DE PERMANÊNCIA DE PROLE/CONJUGUE	-
PEDIDO DE PERMANÊNCIA POR REUNIÃO FAMILIAR	-
PEDIDO DE NATURALIZAÇÃO	05
PROVISÓRIO	07
TEMPORÁRIO	01
EXPEDIÇÃO 2º VIA	-
SUBSTITUIÇÃO DE CIE	04
CERTIDÃO	-
CME	-
DILIGÊNCIAS	20
ENTRADA DE ESTRANGEIRO	62
SAÍDA DE ESTRANGEIRO	48
TRANSFERÊNCIA DO CIE PROVISÓRIO PARA PERMANENTE	02

10.1.1.1.6 ANÁLISE CRÍTICA

Os relatórios de atividade do ano de 2013, dos setores de Imigração, Armas, Produtos Químicos, Comissão de Vistoria, Produtividade de IPLs e Operações Policiais demonstram os trabalhos relevantes e de destaque desta descentralizada. Por fim seguem as dificuldades encontradas na implementação/execução das atividades fim de atividades de apoio.:

Necessidade de lotação de 01 (um) servidor administrativo. Tendo em vista, não haver nenhum servidor administrativo lotado nesta descentralizada, em razão disso, há o desvio de policiais para a realização de atividades administrativas, assim, não podendo cumprir com todas as obrigações atribuídas à polícia federal;

Capacitação de servidores nas mais nas diversas áreas de atuação dessa unidade, com a finalidade de exercer as atribuições dos diversos setores;

Necessidade de recursos para realização de missões policiais e operações.

10.1.1.2 DELEGACIA DE CONTROLE DE ARMAS E PRODUTOS QUÍMICOS (DELEAQ/DREX/SR/DPF/AC)

10.1.1.2.1 CONTROLE DE ARMAS

QUADRO 10.1.1.2.1 – CONTROLE DE ARMAS

SETOR DE ARMAS DA POLÍCIA FEDERAL DELEARM
--

ATENDIMENTO NA SR/DPF/AC (01/01/2013 a 31/12/2013)	4331
ATENDIMENTO EM SENA MADUREIRA E MANOEL URBANO (21 a 28 de março de 2013)	± 2000
RENOVAÇÕES DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO NA SR/DPF/AC (Jan a Jul de 2013)	1.317
TRANSFERÊNCIAS DE ARMA DE FOGO (ENTRE PARTICULARES) (Jan a Jul de 2013)	81
AQUISIÇÕES DE ARMA DE FOGO (ARMAS NOVAS) (Jan a Jul de 2013)	413
ARMAS ENTREGUES NA CAMPANHA DO DESARMAMENTO (Jan a Jul de 2013)	76
DÚVIDAS E DEMAIS ATENDIMENTOS (Jan a Jul de 2013)	340

10.1.1.2.2 TRABALHOS DE CONTROLE DE ARMAS NO MUNICÍPIO DE SENA MADUREIRA/AC

No período de 21 a 28 de março de 2013 uma força tarefa deslocou-se aos municípios de Sena Madureira e Manoel Urbano, onde foram realizados atendimentos a caçadores de subsistência e a colonos (cerca de 2000 pessoas), tendo como resultado a seguinte tabela.

QUADRO 10.1.1.2.2 – CONTROLE DE ARMAS EM SENA MADUREIRA/AC

REGISTROS ENTREGUES	277
PROCESSOS PENDENTES CORRIGIDOS	41
PROCESSOS PENDENTES	143
PROCESSOS INDEFERIDOS	44
REGISTROS NÃO ENTREGUES	116
PROCESSOS NOVOS	600
ARMAS ENTREGUES NA CAMPANHA DO DESARMAMENTO	14

10.1.1.2.3 AVALIAÇÃO DE CONTEXTO

Os dados relativos à quantidade de registros emitidos, à quantidade de novas armas adquiridas e transferência de armas de fogo entre particulares no segundo semestre de 2013 não constam da relação acima, conquanto, em razão da mudança para a nova sede e da carência de efetivo, esse setor carece de maior organização interna, sobretudo ao levarmos em conta a demanda de serviço acumulado de 2013 e que no final de exercício e início de outro ocorre singular aumento na procura pelos serviços afetos ao registro de armas por populares.

10.1.1.3 DELEGACIA DE IMIGRAÇÃO (DELEMIG/DREX/SR/DPF/AC)
 10.1.1.3.1 DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE CONTROLE MIGRATÓRIO
 10.1.1.3.2 QUADRO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE CONTROLE MIGRATÓRIO

QUADRO 10.1.1.3.2 – DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE CONTROLE MIGRATÓRIO

1 - POLÍCIA JUDICIÁRIA/OPERACIONAL	2012	2013
1.1 - ESTRANGEIROS INDICIADOS		5
1.2 - BRASILEIROS INDICIADOS		87
1.10 - ORDENS DE MISSÃO EXPEDIDAS	66	124
1.11 - RELATÓRIOS DE MISSÃO APRESENTADOS	66	119
2 - DPREC - DIVISÃO POLICIAL DE RETIRADAS COMPULSÓRIAS		
2.1 - ESTRANGEIROS AUTUADOS	24	67
2.2 - ESTRANGEIROS NOTIFICADOS A DEIXAR O PAÍS	19	35
2.3 - MULTAS PESSOAS FÍSICAS RECOLHIDAS	13	14
2.11 - DEPORTAÇÕES EFETIVADAS	0	1
4 - DICRE - DIVISÃO DE CADASTRO E REGISTRO DE ESTRANGEIROS		
4.1 - REGISTRO DE ESTRANGEIRO COM EXPEDIÇÃO DE CIE	71	48
4.2 - RESTABELECIMENTO DE REGISTRO COM EXPEDIÇÃO DE CIE	0	0
4.3 - ATUALIZAÇÃO DE ENDEREÇO	21	57
4.4 - PEDIDO DE TRANSFORMAÇÃO DE VISTO	16	30
4.6 - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ESTADA DE TURISTA	99	93
4.7 - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ESTADA DE TEMPORÁRIOS	18	6
4.8 - PEDIDO DE 2ª VIA DE CIE	5	11
4.9 - SUBSTITUIÇÃO DE CIE	16	18
4.11 - IMPEDIMENTO DE REGISTRO	0	430
4.12 - EXTRAVIO DE CIE	0	8
4.14 – REGISTRO ACORDO MERCOSUL	297	145
4.15 - PEDIDO DE PERMANÊNCIA POR PROLE/CÔNJUGUE	20	25
4.16 - PEDIDO DE PERMANÊNCIA POR REUNIÃO FAMILIAR	4	4
4.17 - PEDIDO DE NATURALIZAÇÃO	5	14
4.18 - SINDICÂNCIA/PERMANÊNCIA	44	23
4.19 - SINDICÂNCIA/NATURALIZAÇÃO	19	6
4.25 - PEDIDO DE REPUBLICAÇÃO DE DESPACHO DEFERITÓRIO	0	4
4.26 - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE DESPACHO INDEFERITÓRIO	0	2
5 - DPAS - DIVISÃO DE PASSAPORTES		
5.2 - PASSAPORTE ICAO	2074	2756
5.5 - PASSAPORTE DE EMERGÊNCIA	29	55
5.6 - PASSAPORTE AMARELO PARA ESTRANGEIRO	1	1
5.8 - PASSAPORTE INUTILIZADO	0	4
5.9 - PASSAPORTE CANCELADO	31	74
5.10 - PASSAPORTE CANCELADO POR ERRO DE OFÍCIO	13	7
5.11- PASSAPORTE CANCELADO POR DECURSO DE PRAZO	31	30
5.12 - PASSAPORTE FURTADO/ROUBADO	1	0
6 - OUTROS ATENDIMENTOS AO PÚBLICO		
6.1-ATENDIMENTO BALCAO MEDIA	6283	7312
6.2-OUTROS ATENDIMENTOS	6963	7802
7 - NÚCLEO DE OPERAÇÕES		
7.1 - MUNICÍPIOS FISCALIZADOS	17	17
7.2 - HOTEIS FISCALIZADOS (OPERAÇÃO BLADE RUNNER)	16	22
7.3 - LOCAIS DE TRABALHO FISCALIZADOS (OPERAÇÃO VASSALO)	10	12
7.4 - BARREIRAS POLICIAIS (OPERAÇÃO SARAPÓ)	2	2
7.5 - FISCALIZAÇÃO MÓVEL (OPERAÇÃO CORUJA)	2	2
7.6 - APOIO ÀS OPERAÇÕES DE FRONTEIRA (OPERAÇÕES PEBRA/BRABO)	10	12

10.1.1.3.3 ATIVIDADES POLICIAIS

As atividades policiais ao longo do ano de 2013 na Delegacia de Imigração desenvolveram-se em diversificadas localidades do estado do Acre como em diferentes frentes de atuação, não se restringindo à área de imigração. Assim:

Local: Santa Rosa do Purus

Missão: Realizar oitivas e outras diligências consideradas necessárias para completa elucidação dos fatos relativos aos autos do IPL 293/2013-SR/DPF/AC. Realizar diligências preliminares e apuração das denúncias contidas no Ofício nº 1083/SESP/GS encaminhado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do estado do Acre, subscrito pelo Secretário de Estado Dr. Ildor Rení Graebner, no sentido de apurar problemas afetos as comunidades indígenas relativos à questão de segurança e violação de direitos como: venda de bebidas alcoólicas para os indígenas; fiscalização dos estabelecimentos que comercializam produtos alcoólicos; extorsão e apropriação indébita de cartões de saque eletrônico dos beneficiários do Programa Bolsa Família; tráfico de drogas no município de Santa Rosa do Purus e extração e venda ilegal de madeiras em terras indígenas. Apuração dos fatos relatados na Informação 012/2013-CONFRON-SANTA ROSA DO PURUS/AC, dando conta de problemas de imigração, permanência e trabalho irregular de estrangeiros no município de Santa Rosa do Purus/AC.

Objetivo: Realizar oitivas e outras diligências consideradas necessárias para completa elucidação dos fatos relativos aos autos do IPL 293/2013-SR/DPF/AC. Realizar diligências preliminares e apuração das denúncias contidas no Ofício nº 1083/SESP/GS encaminhado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Acre, subscrito pelo Secretário de Estado Dr. Ildor Rení Graebner, no sentido de apurar problemas afetos as comunidades indígenas relativos à questão de segurança e violação de direitos como: venda de bebidas alcoólicas para os indígenas; fiscalização dos estabelecimentos que comercializam produtos alcoólicos; extorsão e apropriação indébita de cartões de saque eletrônico dos beneficiários do Programa Bolsa Família; tráfico de drogas no município de Santa Rosa do Purus e extração e venda ilegal de madeiras em terras indígenas. Apuração dos fatos relatados na Informação 012/2013-CONFRON-SANTA ROSA DO PURUS/AC, dando conta de problemas de imigração, permanência e trabalho irregular de estrangeiros no município de Santa Rosa do Purus/AC.

Local: Epitaciolândia

Missão: Fazer Levantamento de informação

Objetivo: Apurar a atuação de "coiotes" para a introdução irregular de estrangeiros no Brasil pelo Estado do Acre, com incidência em tráfico de pessoas, estelionato e outras infrações penais correlatas e para tal, realizar entrevistas com taxistas, moradores locais, haitianos e outros estrangeiros, dentre outros levantamentos necessários.

Local: Boca do Acre/AM e Vila Céu do Mapia/AM

A Delegacia de Imigração realizou, no mês de março de 2013, trabalhos de fiscalização e controle nas localidades de Boca do Acre/AM e Vila Céu do Mapiá/AM.

Na Vila Céu do Mapiá/AM foi dado andamento à “Operação Blade Runner”, com cadastramento e averiguação de documentos de estrangeiros, onde os policiais fiscalizaram sua situação migratória apurando sua regularidade no país. Os estrangeiros ali encontrados foram cadastrados e aqueles em situação irregular foram devidamente intimados a comparecer a uma unidade da Polícia Federal em Rio Branco/AC para regularização e a consequente tomada das medidas cabíveis.

No município de Boca do Acre/AM a Delegacia de Imigração atuou em um grande conjunto de ações deflagradas, as quais envolveram além das atividades de controle migratório inerente à sua área específica, também repressão a atividades de trabalho escravo em áreas agrícolas da região.

Às margens do Rio Purus a equipe policial de imigração também atuou realizando prisão em flagrante combatendo a posse irregular de arma de fogo.

Atuando nas mais diversificadas áreas os policiais da Delegacia de Imigração interceptaram um carregamento ilegal de madeira, efetuando a apreensão de uma carga retirada irregularmente da mata. O local foi identificado e vistoriado ocasionando a apreensão de motosserras e equipamentos usados para o corte de árvores típicas da região amazônica.

Local: Boca do Acre/AM

A Delegacia de Imigração, em ação conjunta com o Ministério Público do Estado do Amazonas, realizou no mês de julho de 2013, trabalhos de combate a irregularidades praticadas em procedimentos licitatórios desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Os trabalhos policiais abrangeram desde a análise das fases iniciais como os registros dos preços, passando pela formalização dos contratos até chegarem à realização do objeto contratado.

Durante as investigações que abordavam a licitação que possuía como objeto o serviço de coleta de resíduos domiciliares (coleta de lixo), foi constatada uma série de irregularidades na sua prestação, as quais envolviam desde procedimentos sanitários como a falta de separação entre lixo doméstico e lixo hospitalar, até a utilização de local inapropriado transformado em lixão municipal, fato que gerou a prisão em flagrante do Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, por crime ambiental, pois, todo o lixo do município era depositado de maneira irregular numa área de desmatamento em meio à floresta.

Outro procedimento analisado pela equipe policial foi a licitação referente ao fornecimento de água mineral para os órgãos municipais, como secretarias, escolas, creches, etc. O conjunto de irregularidades envolvia problemas que listavam desde o não cumprimento das especificações detalhadas no Edital de Licitação, até o preço abusivo praticado na operação.

Ainda no que se refere às atividades de campo, salientamos que há 05 operações policiais permanentes em andamento, objetivando combater o trânsito e permanência de estrangeiros irregulares: na Operação Blade Runner, que consiste fiscalização de hotéis; Operação Vassalo, que trata da fiscalização de locais de trabalho; Operação Sarapó, que envolve a realização de barreiras rodoviárias; Operação Coruja, que consiste na fiscalização de locais de aglomeração e das vias públicas; Operação Aeroporto, que prevê as ações de polícia aeroportuária no Aeroporto Internacional Plácido de Castro.

10.1.1.3.4 ANÁLISE CRÍTICA

Os dados acima relatados demonstram o desempenho da Delegacia de Imigração da Superintendência Regional do estado do Acre ao longo do ano de 2013 e também traçam um comparativo com o ano de 2012. Tal comparação permite avaliar tanto a demanda quanto o desempenho da referida delegacia.

Nota-se crescente aumento da demanda em termos comparativos 2012/2013 nas atividades de polícia de imigração, fato que indica bom desempenho dos servidores e contratados em suas tarefas, pois o efetivo da delegacia – em tal período –, permaneceu inalterado. É possível destacar assim a necessidade de aumento de efetivo frente à crescente demanda.

Na mesma ordem verificam-se as atividades de cunho policial, pois, a delegacia recebe Inquéritos para serem apurados não somente de área migratória. O efetivo policial permanece inalterado frente a uma demanda crescente.

10.1.1.4 DELEGACIA DE SEGURANÇA PRIVADA (DELESP/SR/DPF/AC)

10.1.1.4.1 DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE SEGURANÇA PRIVADA

10.1.1.4.2 QUADRO DEMONSTRATIVO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE SEGURANÇA PRIVADA

QUADRO 10.1.1.4.2 – DEMONSTRATIVO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE SEGURANÇA PRIVADA

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	2012	2013
Agências bancárias novas autorizadas a funcionar	06	05
Agências bancárias vistoriadas	69	74
Análise criminal de vigilantes	76	44
Auto de constatação de infração e notificação lavrados	25	45
Auto de encerramento de atividade de segurança privada não autorizada lavrados	03	07
Autorização para compra de colete balístico expedidas	03	03
Empresas especializadas vistoriadas	11	11
Instrutores credenciados/cadastrados	14	26
Veículos Especiais vistoriados	20	21
Vigilantes com curso de formação, reciclagem e extensão registrados	2100	2592
Carteira Nacional de Vigilantes expedidas	910	663

Fonte: Arquivos DELESP/SR/DPF/AC

Com relação ao desempenho das atividades é possível verificar que não foram realizadas fiscalizações em bares, boates e casas noturnas, tendo em vista o reduzido número de servidores lotados nesta delegacia, bem como o elevado número de atribuições afetas à mesma.

10.1.1.5 DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL (DELINST/SR/DPF/AC)

Em fevereiro de 2013, foi deflagrada a Operação Internet Segura que consiste em divulgar nas escolas e casas comerciais prestadoras de serviço de internet o cuidado que se deve ter no uso da internet, apresentando aos presentes todas as consequências ocasionadas pelo mau uso da internet.

A forte atuação em conjunto com o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO e o MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO reduziu a ocorrência crimes relacionado à utilização de mão de obra análoga ao de trabalho escravo no Estado do Acre e parte do Amazonas reduzindo o número de inquéritos instaurados para esse fim. Em 2012 foram instaurados seis inquéritos policiais e em 2013 apenas dois inquéritos.

Em dezembro de 2013, a FUNAI comunicou uma suposta entrada ilegal de peruanos armados na região conhecida como Alto Envira-Base Xinane. Em conjunto com a FUNAI e EXÉRCITO BRASILEIRO, a Polícia Federal se fez presente na região onde foi realizada uma varredura na área, no entanto nenhum indício da suposta invasão foi encontrado.

10.1.1.6 SETOR TÉCNICO CIENTÍFICO (SETEC/SR/DPF/AC)

10.1.1.6.1 O SETEC E O CONTEXTO DE 2013

No ano de 2013 foram mantidas no SETEC/AC as ações visando a manutenção da eficiência dos serviços prestados, tais como acompanhamento mensal e individual dos peritos, planejamento de metas mensais e avaliações periódicas da produtividade do setor. Tais ações pautaram-se também pela valorização das relações interpessoais, clareza dos objetivos traçados e gestão participativa. Isto se refletiu na manutenção de um número baixo de pendências e do tempo médio de atendimento às solicitações de perícia.

Associado a isto, buscou-se manter uma boa proximidade e parceria com as autoridades demandantes dos serviços periciais de modo a se preservar a objetividade das solicitações e a celeridade das respostas deste setor por meio de documentos técnico-científicos adequados. Neste sentido, um marco para o SETEC/AC foi sua participação na Operação G7, onde todo o efetivo pericial participou das ações de exames em campo, emitindo Laudos de Perícia Criminal Federal compatíveis com as necessidades da operação policial em tela e obtendo-se resultados bastante satisfatórios em termos de tempo e qualidade da resposta técnica.

Neste período, contudo, o SETEC/AC também teve perdas significativas no quantitativo de seu quadro de pessoal. Apesar de termos iniciado o ano com 13 PCFs, terminamos 2013 com apenas 8, incluindo o chefe, sendo que três PCFs foram removidos por processos de recrutamento e dois PCFs foram removidos por problemas de saúde. Desta maneira o SETEC/AC atualmente se resume a peritos das áreas de meio ambiente (2 engenheiros florestais, 2 biólogos e 2 engenheiros agrônomos) e laboratório (1 químico e 1 farmacêutico), não possuindo peritos das áreas de contabilidade/economia, engenharia civil, engenharia elétrica ou informática. Tal deficiência dificulta respostas rápidas a demandas consideradas urgentes, sendo necessário que este setor contacte os serviços especializados do Instituto Nacional de Criminalística toda vez que surgem solicitações destas áreas específicas, buscando a melhor resolução para cada caso, seja o recrutamento de PCFs de outras unidades ou o encaminhamento do material a ser periciado ao INC/DITEC.

Apesar de terem ocorrido restrições orçamentárias durante o ano de 2013, foi possível manter os cursos de capacitação dos servidores lotados no SETEC/AC, seja através da participação em eventos ou mesmo por meio de cursos na modalidade EAD.

O ano de 2013 também foi marcado pela assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Departamento de Polícia Federal e a Universidade Federal do Acre, o que aumentou a formalidade das ações de cooperação entre ambas as instituições parceiras e permitiu maior troca de conhecimentos e recursos técnicos.

A seguir será apresentada a produção técnico-científica do SETEC/SR/DPF/AC e os resultados obtidos no ano de 2013 quanto às ações de capacitação e atividades relevantes.

10.1.1.6.2 PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Em termos de elaboração de documentos técnico-científicos, no período compreendido entre 01/01/2013 e 31/12/2013 foram emitidos 520 laudos de Perícia Criminal Federal, ao passo que no mesmo período de 2012 haviam sido produzidos 593 laudos periciais.

O Quadro 10.1.1.6.2 apresenta o número de laudos produzidos no ano de 2013, separados por área de exame, segundo informações do Sistema de Criminalística.

QUADRO 10.1.1.6.2 – LAUDOS PRODUZIDOS PELO SETEC/AC NO ANO DE 2013 SEPARADOS POR ÁREA DE EXAME (FONTE: SISTEMA DE CRIMINALÍSTICA – DITEC/DPF, ACESSADO EM 18/02/2014).

Área de Exame	Número de Laudos
Perícias Contábeis e Financeiras	5
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	15
Perícias de Engenharia	15
Perícias de Informática	69
Perícias de Local	31
Perícias de Meio Ambiente	63
Perícias de Química Forense	135
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	9
Perícias de Veículos	28
Perícias Documentoscópicas	55
Perícias Eletroeletrônicas	17
Perícias Merceológicas	78
TOTAL	520

Tal diminuição no número de laudos emitidos, em relação a 2012, relaciona-se com alguns fatores, listados a seguir:

- a) Remoção da PCF Cely Cristina Machado (informática), via recrutamento, para a CGTI/DPF no mês de abril/2013;
- b) Remoção do PCF Fernando Stefanon (engenharia civil), por motivos de saúde, para o SETEC/SR/DPF/RS no mês de junho/2013;
- c) Licença para tratamento da própria saúde do PCF Luiz Alberto Guimarães de Souza (ciências contábeis) de setembro/2012 a julho/2013 e remoção do servidor por motivos de saúde para o SETEC/SR/DPF/AL no mês de julho/2013;
- d) Remoção do PCF Beneides Marcos de Medeiros Junior (medicina veterinária), via recrutamento, para o SETEC/SR/DPF/MS no mês de dezembro/2013;
- e) Remoção do PCF Marivaldo Alves Vieira (engenharia elétrica), via recrutamento, para a UTEC/DRS/MS no mês de dezembro/2013.

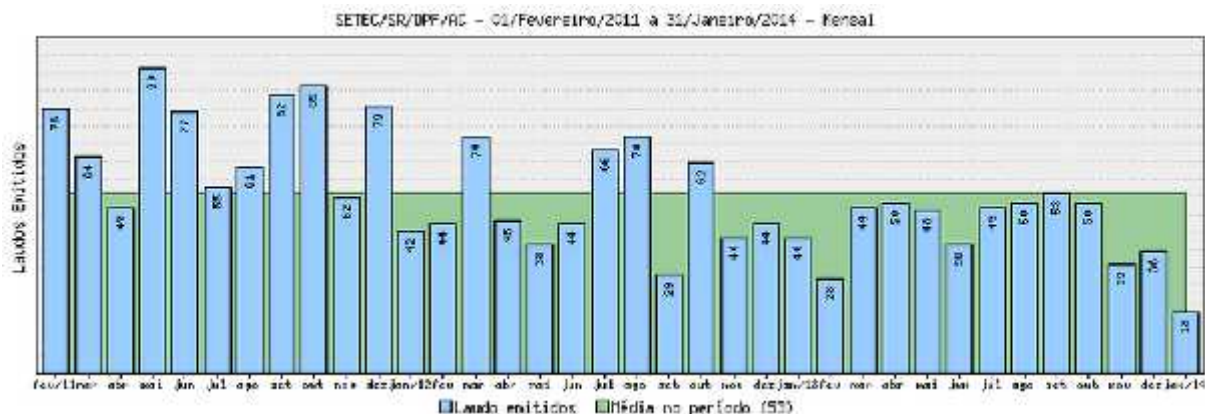
Além disto, cabe informar que alguns servidores gozaram das licenças a que tinham direito no ano de 2013, os quais cito:

- a) Licença capacitação do PCF Adimar Amaral (biologia) no período de 06/03/2013 a 02/06/2013;
- b) Licença gestante da PCF Renata Silva Paiva (biologia) a partir de 04/11/2013.

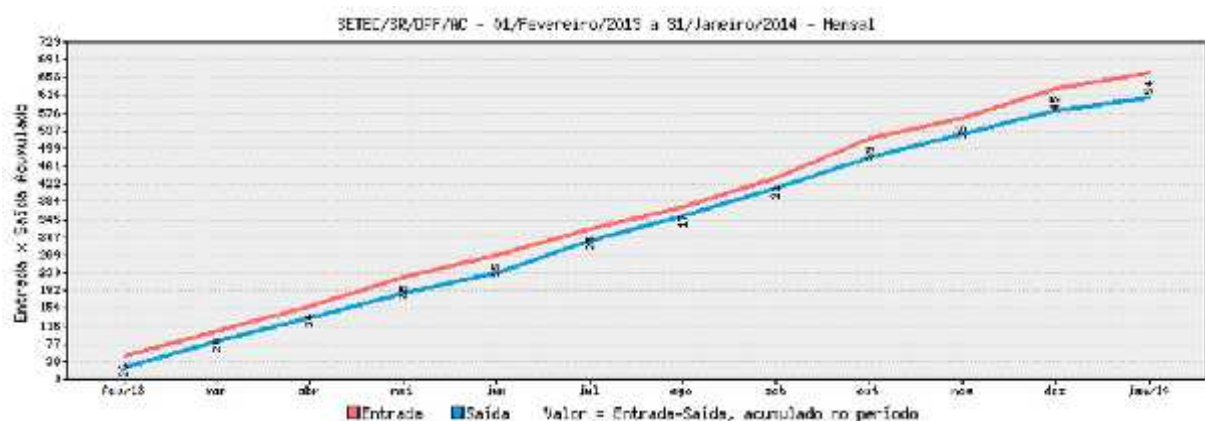
Como é possível constatar, em 2013 houve um decréscimo na oferta de mão de obra deste setor, o qual decaiu de 13 PCFs lotados em janeiro/2013 para 08 PCFs lotados no final de dezembro/2013. Tal queda no efetivo certamente acarretaria em um acúmulo de serviço caso medidas corretivas não fossem tomadas a tempo. Neste sentido, foi mantido contato com setores do órgão central que pudessem auxiliar o SETEC/AC a fim de atender às solicitações

de perícia de forma adequada e ágil, o que nos levou a fazer parcerias principalmente com o SEPDOC/INC, SEPINF/INC, SEPCONT/INC e SEPEMA/INC, os quais absorveram parte da demanda encaminhada a este setor.

O Quadro 10.1.1.6.3 demonstra a produção mensal de laudos desde fevereiro de 2011 até janeiro de 2014, ao passo que o Quadro 10.1.1.6.4 apresenta a entrada (solicitações de serviços periciais) *versus* saída (documentos técnico-científicos emitidos e com posterior arquivamento da solicitação) de fevereiro/2013 a janeiro 2014.

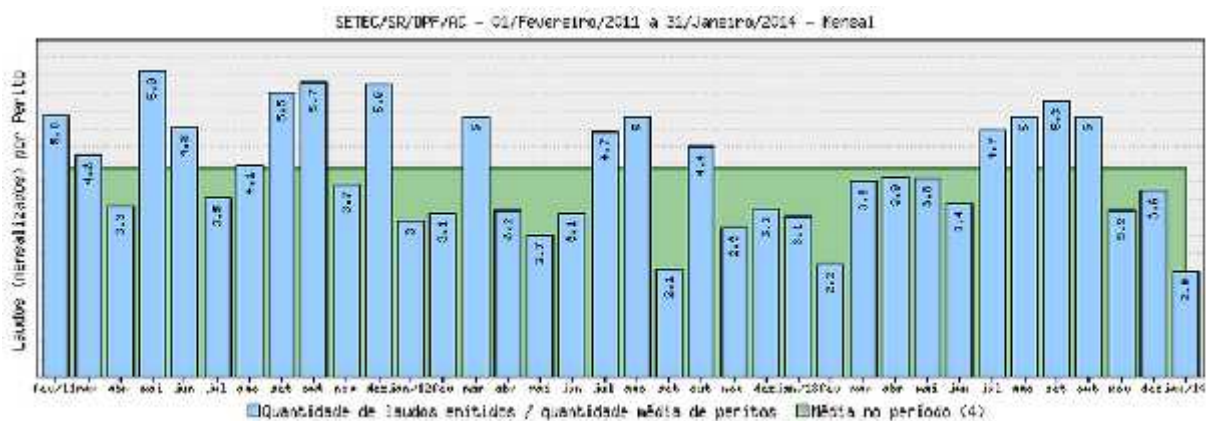


QUADRO 10.1.1.6.3 – LAUDOS PRODUZIDOS MENSALMENTE PELO SETEC/AC DE FEVEREIRO DE 2011 A JANEIRO DE 2013 (FONTE: SISTEMA DE CRIMINALÍSTICA – DITEC/DPF, ACESSADO EM 18/02/2014).

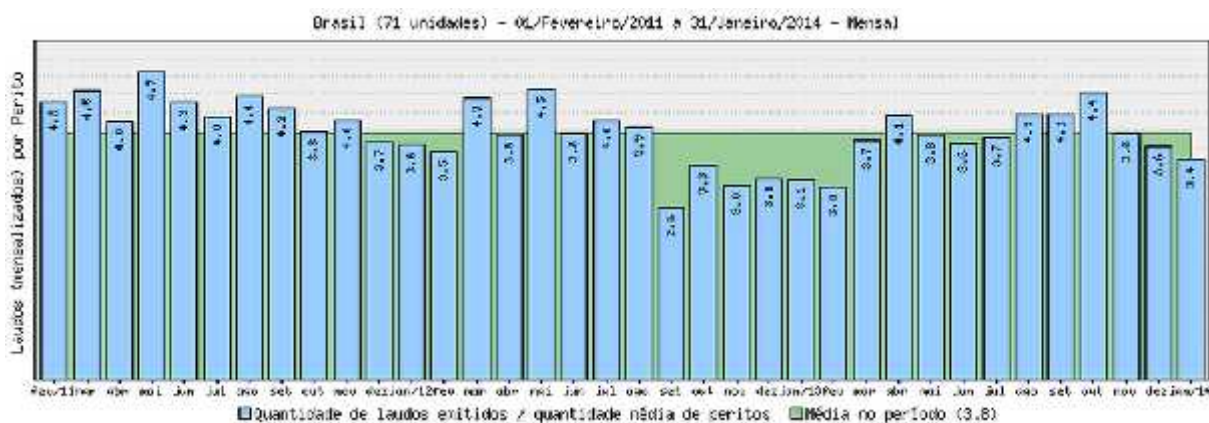


QUADRO 10.1.1.6.4 – ENTRADA X SAÍDA ACUMULADO DE FEVEREIRO DE 2013 A JANEIRO DE 2014 (FONTE: SISTEMA DE CRIMINALÍSTICA – DITEC/DPF, ACESSADO EM 18/02/2014).

A média de produção de laudos por perito lotado no setor se mantém constante, com variações mensais normais decorrentes das especificidades das demandas que são atendidas a cada mês no SETEC/AC (Quadro 10.1.1.6.5). É importante informar que a média de produção de 3,8 laudos por perito, alcançada pelo SETEC/AC no ano de 2013, é a mesma da média nacional de produtividade para o mesmo ano (Quadro 10.1.1.6.6).

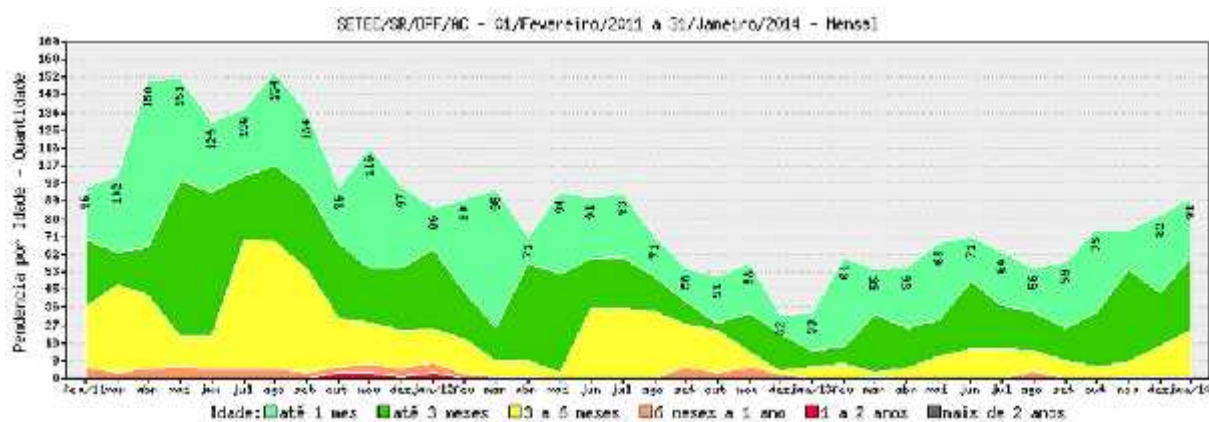


QUADRO 10.1.1.6.5 – LAUDOS PRODUZIDOS POR PERITO NO SETEC/AC DE FEVEREIRO DE 2011 A JANEIRO DE 2014 (FONTE: SISTEMA DE CRIMINALÍSTICA – DITEC/DPF, ACESSADO EM 18/02/2014).



QUADRO 10.1.1.6.6 – MÉDIA NACIONAL DE LAUDOS PRODUZIDOS POR PERITO DE FEVEREIRO DE 2011 A JANEIRO DE 2014 (FONTE: SISTEMA DE CRIMINALÍSTICA – DITEC/DPF, ACESSADO EM 18/02/2014).

Apesar dos menores valores de produtividade do setor mostrados anteriormente, o que mais se ressalta nos resultados do SETEC/AC é a manutenção do baixo número de pendências no setor e no tempo de resposta às demandas. Em 2013 mantivemos a tendência de eliminação de todas as solicitações com mais de 1 ano e, em mais de 90% dos casos, as demandas foram atendidas em menos de 6 meses (Quadro 10.1.1.6.7).



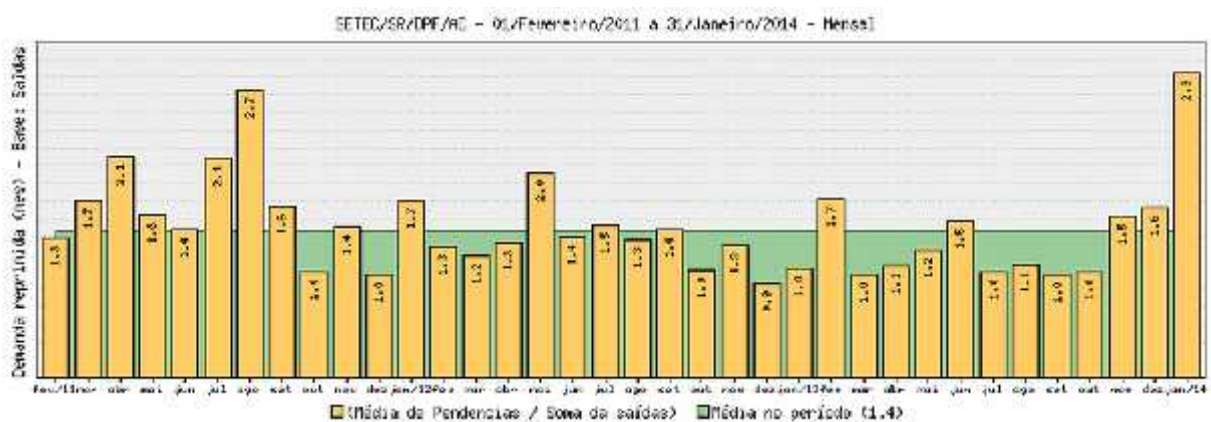
QUADRO 10.1.1.6.7 – DISTRIBUIÇÃO DAS PENDÊNCIAS POR IDADE NO SETEC/AC DE FEVEREIRO DE 2011 A JANEIRO DE 2014 (FONTE: SISTEMA DE CRIMINALÍSTICA – DITEC/DPF, ACESSADO EM 18/02/2014).

O ano de 2013 encerrou-se com um número total de pendências de 82, sendo que destas apenas 01 possuía mais de 6 meses, 15 possuíam de 3 a 6 meses e 66 possuíam menos de 3 meses no setor. Tais valores foram menores que nos anos de 2009, 2010 e 2011, conforme pode ser constatado na Quadro 10.1.1.6.8. O ano 2012 apresentou valores mais baixos, contudo vale esclarecer que o citado período foi atípico, com uma diminuição brusca no número de solicitações de perícia principalmente a partir do segundo semestre, devido aos movimentos grevistas no DPF.

QUADRO 10.1.1.6.8 – NÚMERO DE SOLICITAÇÕES DE PERÍCIA NOS MESES DE DEZEMBRO DE 2009, 2010, 2011 E 2012 NO SETEC/AC SEPARADAS POR IDADE (FONTE: SISTEMA DE CRIMINALÍSTICA – DITEC/DPF, ACESSADO EM 18/02/2014).

Mês/Ano	< 3 meses	3-6 meses	> 6 meses	Total
Dez/2009	110	51	162	323
Dez/2010	81	22	6	109
Dez/2011	73	19	5	97
Dez/2012	28	2	2	32
Dez/2013	66	15	1	82

A demanda reprimida² também demonstrou forte tendência de queda em 2013, conforme se verifica no Quadro 10.1.1.6.9, encerrando tal ano com um valor de 1,6 e média de 1,22. Nos anos de 2012, 2011, 2010 e 2009, os valores médios alcançados foram de 1,36, 1,68, 2,46 e 4,64, respectivamente.



QUADRO 10.1.1.6.9 – EVOLUÇÃO DA DEMANDA REPRIMIDA NO SETEC/AC DE FEVEREIRO DE 2011 A JANEIRO DE 2014 (FONTE: SISTEMA DE CRIMINALÍSTICA – DITEC/DPF, ACESSADO EM 18/02/2014).

Tais dados reforçam a efetividade das medidas tomadas com vistas a se manter a eficiência deste setor. Contudo também sinalizam a necessidade de monitoramento constante do atendimento das solicitações encaminhadas a este SETEC/AC, lançando mão de

² Índice que projeta a quantidade de MESES necessários para resolver o restante das pendências, utilizando como critério de resolução de pendências o total de saídas no período. Em um caso hipotético, em que não houvesse mais entradas e que cada SAÍDA liquidasse uma pendência, o número exibido neste gráfico mostraria a quantidade de meses necessários para finalizar todas as pendências restantes. Apesar da hipótese acima não ser verdadeira, este gráfico tem valor, uma vez que a análise em uma série histórica permite inferir tendências no que diz respeito à demanda não atendida de uma unidade.

recrutamentos de PCFs com formações específicas e contato próximo com o Instituto Nacional de Criminalística para resolução de demandas que podem ser atendidas pelo órgão central da Perícia.

10.1.1.6.3 OUTRAS ATIVIDADES

Além da produção de documentos técnico-científicos, no ano de 2013 os Peritos do SETEC/AC participaram de 05 eventos de capacitação, sendo 03 em outras Unidades da Federação (DF e RJ) e 02 *online*, conforme resumido no Quadro 10.1.1.6.10.

Cabe ainda relatar a participação de PCFs em outras 05 atividades consideradas de relevância para o Departamento de Polícia Federal, todas de impacto nacional sendo 01 no próprio estado do Acre (participação de todo o efetivo do SETEC/AC nos trabalhos periciais de campo da Operação G7) e 04 em outras Unidades da Federação (elaboração de material didático para ações de capacitação referente ao acordo Brasil-Bolívia denominado “Sistema de Controle Integrado da Redução de Cultivos Excedentários de Coca”, participação de 01 PCF no III Congresso Nacional dos Peritos Criminais Federais como conferencista; participação de 02 PCFs compondo equipes do GBE durante a Copa das Confederações; e participação de 01 PCF como instrutor do CACON), conforme descrito no Quadro 10.1.1.6.11.

Também cumpre informar que o ano de 2013 foi marcado pela assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Departamento de Polícia Federal e a Universidade Federal do Acre, publicado no DOU nº 54 de 20/03/2013, seção 3, página 92. Tal acordo foi uma iniciativa deste Setor Técnico-Científico e visa a formalização das ações de cooperação técnica entre as instituições, as quais já possuem a certo tempo reconhecida parceria na cessão de laboratórios, equipamentos e conhecimentos especializados de profissionais das mais diversas áreas do conhecimento científico.

Todos os dados estatísticos apresentados neste relatório foram retirados do Sistema de Criminalística, mantido pela Diretoria Técnico-Científica – DITEC do Departamento de Polícia Federal.

QUADRO 10.1.1.6.10 – PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E TREINAMENTOS

Evento	Período	Unidade	Local	Descrição	Importância
Treinamento na Casa da Moeda do Brasil	03 a 09 de março de 2013 e 07 a 13 de abril de 2013	INC/CMB	Casa da Moeda do Brasil - RJ	Curso teórico- prático sobre os procedimentos, técnicas e equipamentos para auxiliar na identificação das características e itens de segurança dos Documentos de Segurança, Cédulas e Moedas produzidos pela Casa da Moeda do Brasil.	Capacitação de pessoal e intercâmbio entre peritos da Polícia Federal e da Casa da Moeda do Brasil. Participação de 2 PCFs do SETEC/AC.
IV Curso de Aperfeiçoamento em Contramedidas	10 a 15 de março de 2013	APEX/INC	INC	Parte prática do curso de Aperfeiçoamento em Contramedidas, que visa formar policiais aptos a atuarem em situações envolvendo explosivos.	Capacitação de pessoal tendo em vista a participação do DPF nos grandes eventos e os cuidados que deverão ser tomados pelo órgão no que se refere à prevenção de atentados terroristas. Participação de 1 PCF do SETEC/AC.
Seminário de análise de imagens com ênfase em narcotráfico	31 de março a 06 de abril de 2013	APMA/INC	INC	Seminário que visou desenvolver conhecimentos e habilidades na análise de imagens de satélite com ênfase na identificação de plantios de maconha e coca.	Capacitação de pessoal e intercâmbio. Participação de 2 PCFs do SETEC/AC.
VI Curso para Promoção na Carreira Policial Federal - 2013	12 de agosto a 14 de outubro de 2013	ANP/DPF	<i>Curso à distância</i>	Curso com carga horária total de 120h englobando os seguintes temas: Submetralhadora HK MP5, Fundamentos de Gestão de Processos e Planejamento Estratégico.	Preparação dos PCFs para promoção na carreira Policial Federal. Participação de 7 PCFs do SETEC/AC.
Curso de especialização em Documentoscopia	Início em 10/09/2012 com previsão para término em março/2014.	ANP/DPF	<i>Curso à distância</i>	Curso de especialização de 400 horas/aula que visa ampliar e fortalecer o corpo de conhecimentos em ciência policial, de modo a aperfeiçoar e aprofundar competências profissionais na área pericial de documentoscopia, voltadas para o desenvolvimento de novas ferramentas, abordagens e metodologias.	Capacitação de pessoal, intercâmbio, desenvolvimento de novas abordagens, ferramentas e metodologias. Participação de 2 PCFs do SETEC/AC.

Atividade	Período	Unidade	Local	Descrição	Número de PCFs participantes
Operação Policial	Maio/13	SETEC/AC	Acre	Participação na Operação G7, que investigou o envolvimento de empresários da construção civil e membros do Governo em fraudes em licitações de obras e formação de cartel no Estado do Acre. A participação do SETEC/AC na operação G7 significou um marco para o setor devido à contribuição da perícia na fase de investigação e à participação de toda a equipe pericial nos trabalhos em campo.	10
Palestra/Curso proferido	Fevereiro a março/13	APMA/INC	Distrito Federal	Elaboração de material didático para ações de capacitação, referente ao acordo Brasil-Bolívia denominado “Sistema de Controle Integrado da Redução de Cultivos Excedentários de Coca”, bem como proferir curso de ARCGIS 10 para um grupo de 9 representantes bolivianos e 1 brasileiro.	1
Publicação Científica/Apresentação de Trabalho	Novembro/13	SETEC/AC	Ceará	Participar do III CONGRESSO NACIONAL DOS PERITOS CRIMINAIS FEDERAIS como conferencista proferindo a palestra "Identificação da secreção do anfíbio Phyllomedusa bicolor utilizando MALDI-TOF"	1

Vistoria de Segurança	Junho a julho/13	APEX/INC	Bahia e Minas Gerais	Participação de 02 PCFs compondo equipes do GBE durante a Copa das Confederações (01 PCF em Salvador/BA e 01 PCF em Belo Horizonte/MG)	2
Palestra/Curso proferido	Maio/13	APEX/INC	Distrito Federal	Participação de 01 PCF como instrutor do CACON e, simultâneamente, sendo treinado no uso do robô adquirido para contramedidas, visando a preparação para a Copa do Mundo 2014.	1

10.1.1.7 GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES (GTED/SR/DPF/AC)

O Grupo Técnico em Edificações (GTED) da SR/AC cuidou de diversas atividades durante o ano de 2013.

Ocupou maior parte do tempo os trabalhos relativos à fiscalização, elaboração de livro diário de obra com registro fotográfico e acompanhamento da conclusão da nova sede da SR/DPF/AC, que foi entregue em definitivo no mês de novembro.

Foram feitas adequações de projeto às exigências de modernização da gestão e dos equipamentos contratados após início da obra.

Quanto a nova obra também houve Acompanhamento/fiscalização de aquisição e instalação de Nobreaks, de grupo motor gerador, de cabeamento estruturado e de sistema de segurança.

Era prevista a contratação de manutenção predial, manutenção de elevadores e de jardinagem, todavia essas não foram contratadas por falta de dotação orçamentária e por dificuldades técnicas impostas pela AGU.

Foi realizada obra de construção de oficina veicular na delegacia de Eptaciolândia com fiscalização, inspeções periódicas e relatório fotográfico dos serviços.

Foi realizada reforma na delegacia de Cruzeiro do Sul para corrigir danos de uso do prédio como rede lógica, telhado e pintura com fiscalização, inspeções periódicas e relatório fotográfico dos serviços.

Na cidade de Plácido de Castro foi recuperado um imóvel da União (IBAMA) que estava em desuso para ocupação de um núcleo da Operação Sentinela. No prédio foram realizadas obras de conserto de sistemas hidrossanitários, elétricos, de rede e telefonia. Além disso, foi recuperada a pintura, esquadrias e telhado. Na obra houve fiscalização, inspeções periódicas e relatório fotográfico dos serviços.

Junto ao DEA/CPLAN/DLOG/DPF foram realizados projetos básicos para a construção de academia de ginástica em Eptaciolândia. No momento encontra-se em fase de contratação de projeto executivo. Também junto ao DEA/CPLAN/DLOG/DPF foi feito o acompanhamento da elaboração de projetos executivo para residências funcionais em Cruzeiro do Sul e Eptaciolândia.

Quanto a capacitação técnica dos servidores não foi possível realizar a compra de softwares de desenhos de engenharia e projeto executivo nas áreas de arquitetura, elétrica-lógica, hidráulica-sanitária e estrutura por falta de recursos orçamentários. Com isso nenhum membro do setor pode realizar treinamento e habilitação para operar tais softwares.

Havia a previsão de participação do pessoal em curso de Orçamentação de Obras e em curso de Desenho Digital, todavia os cursos não foram ofertados pelo departamento.

ARAQUEM ALENCAR TAVARES DE LIMA
Delegado de Polícia Federal – Matrícula DPF 9476
Superintendente Regional de Polícia Federal no Estado do Acre